



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

3ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 02 DE DEZEMBRO DE 2011

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Evaristo Carvalho

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Celmira Sacramento

Deolindo da Mata

Sebastião Pinheiro

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas e 50 minutos.

Deu-se continuidade à apreciação conjunta, na generalidade, das propostas de lei n.ºs 16 e 17/IX/11 — Orçamento Geral do Estado e Grandes opções do Plano para o ano económico de 2012. Fizeram uso da palavra, além do Sr. Primeiro-Ministro (Patrice Trovoada), do Ministro das Finanças e Cooperação Internacional (Américo Ramos) e dos Assuntos Parlamentares e Descentralização (Arlindo Ramos), os Srs. Deputados Domingos Boa Morte (ADI), Sebastião Santos (PCD), Cecílio Quaresma (ADI), José Viegas (MLSTP/PSD), Eugénio da Graça (MDFM/PL), António

Barros (MLSTP/PSD), Delfim Neves (PCD), Hélder Paquete (ADI), Idalécio Quaresma (ADI), Levy Nazaré (ADI), Hélder das Neves (MLSTP/PSD), Alcino Pinto (MLSTP/PSD), Rafael Branco (MLSTP/PSD), Maria das Neves (MLSTP/PSD), Gil Costa (PCD), José Diogo (ADI), Elsa Pinto (MLSTP/PSD), Carlos Pinheiro (ADI) e António Semedo (ADI).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 17 horas e 10 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 9 horas e 50 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Adelino Lourenço Pires dos Santos
Adérito de Oliveira **Bonfim** dos Ramos
Adilson Cabral **Managem**
Alexandre da Conceição **Guadalupe**
André Varela **Ramos**
Bilaine **Carvalho** Viegas de Ceita
Carlos Alberto Pires **Pinheiro**
Carlos Manuel Cassandra **Correia**
Cecílio **Quaresma** da Graça do Sacramento
Celmira de Almeida do Sacramento
Domingos José da Trindade Boa Morte
Flávio Pires Mascarenhas dos Ramos
Hélder Paquete Lima
Idalécio Augusto Quaresma
Evaristo do Espírito Santo **Carvalho**
Isabel Mayza Jesus da Graça **Domingos**
José António do Sacramento **Miguel**
José da Graça **Diogo**
Levy do Espírito Santo **Nazaré**
Manuel da Graça José Narciso
Mário Fernando
Martinho da Trindade Domingos
Octávio da Costa de **Boa Morte** Fernandes
Paulo Jorge de Carvalho
Roberto Patrício das Neves **Lombá**

Movimento Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Alcino Martinho de Barros **Pinto**
António Afonso Ramos
António Monteiro Fernandes
António Neves Sacramento **Barros**
Aurélio Pires Quaresma **Martins**
Carmelita Lima Taveira
Deolindo Luís da Trindade da Mata
Dionísio Fernandes Leopoldino
Domingos Monteiro Fernandes
Elsa Maria d' Alva Teixeira **Pinto**
Filomena Sebastião Santana **Monteiro** d' Alva
Guilherme **Octaviano** Viegas dos Ramos
Hélder Afonso da Costa **das Neves**
Joaquim **Rafael** **Branco**
José da Graça **Viegas** Santiago
Joaquim **Rafael** **Branco**
Manuel da Cruz **Marçal** **Lima**
Manuel Quaresma **Martins**
Maria das Neves Ceita Batista de Sousa
Silívia **Ambrósio** Gil do Espírito Santo

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Delfim Santiago das Neves
Filomena Maria de F. D. X. de P. **dos Prazeres**
Firmino João Raposo
Francisco Daniel Gula
Gil Mascarenhas da **Costa**

Sebastião Lopes Pinheiro
Sebastião Pires dos Santos Nascimento

Movimento Democrático Força da Mudança - Partido Liberal (MDFM/PL):

Eugénio António Sacramento da Graça

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, hoje vamos prosseguir com a discussão, na generalidade, das propostas de lei das Grandes Opções do Plano (GOP) e Orçamento Geral do Estado (OGE) para o ano 2012. Tenho informações de que a comunicação está a funcionar, portanto, posso convidar a delegação governamental para iniciarmos os trabalhos.

Temos hoje, na nossa plenária, assistentes especiais. São 10 alunos do Liceu Nacional que pediram para se inteirarem de perto do papel parlamentar, dos processos e procedimentos parlamentares. Por isso é que estão aqui.

Pausa para a entrada do elenco governamental.

Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos, que é discussão e votação na generalidade das propostas de lei referentes a GOP e OGE para 2012.

Queria fazer lembrar que esse exercício vem regulamentado no artigo 161.º do Regimento, objecto, que diz:

«1. A discussão na generalidade versa sobre os princípios e o sistema de cada projecto ou proposta de lei.

2. A votação na generalidade versa sobre cada projecto ou proposta de lei.

3. A Assembleia pode deliberar que a discussão e a votação incidam sobre divisão do projecto ou proposta, cuja autonomia o justifique.

4. O debate compreende a apresentação da iniciativa pelo seu autor, a apresentação das conclusões do relatório pelo respectivo relator e pedidos de esclarecimento ou breves intervenções por cada grupo parlamentar.»

Portanto, já ontem cumprimos isto. Ouvimos o Governo, através de S. Exa. o Sr. Primeiro-Ministro, fazer a apresentação da iniciativa; ouvimos o relator da 2.ª Comissão apresentar as conclusões do respectivo relatório e começámos também a registar pedidos de esclarecimento de cerca de uma dezena de Srs. Deputados.

O Governo tinha dito que hoje começaria a dar esclarecimento sobre os pedidos registados ontem, pelo que convido o Sr. Primeiro-Ministro ou o ministro que queira indicar, para começar a prestar esclarecimentos em relação aos pedidos registados na reunião de ontem.

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo** (Patrice Trovoada): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Ontem o Sr. Deputado Sebastião Santos levantou a questão da coerência dos números. Por isso, gostaria de pedir ao Sr. Ministro das Finanças para começar com o esclarecimento sobre a coerência dos números ao nível do OGE.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças, para prestar esclarecimentos.

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional** (Américo Ramos): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Venho responder às questões levantadas ontem, pelos Srs. Deputado Sebastião Santos e José Viegas sobre a coerência dos números no OGE.

Felizmente tenho o privilégio de apresentar a esta augusta Assembleia, nos últimos 10 anos, o OGE e fi-lo sempre com um espírito profissional. Graças a Deus muitos desses orçamentos foram bem apresentados, aplaudidos, outros criticados, mas de qualquer forma estive no centro da elaboração desses orçamentos. Esse é um privilégio! Isso quer dizer que, chegando a minha vez, dificilmente poderia apresentar um documento que não pudesse explicar aquilo que está dentro, não obstante reconhecer que errar é humano e que pode haver esta ou aquela falha. Penso que está errado aquele que pensa que não erra, a menos que esteja a esconder alguma coisa.

Assim sendo, passo de imediato à justificação. A apresentação das receitas e despesas é uma nova forma de apresentação do orçamento. Não está incorporado no total das despesas a amortização, porque amortização, contabilisticamente, não é considerado como despesa, para quem conhece a contabilidade. Reconheço que, no evoluir dos tempos, fomos incorporando a amortização como total das despesas, mas como temos que evoluir e adoptar as melhores práticas, decidimos que vamos apresentar o Orçamento desta vez segundo a melhor prática. Essa prática não é uma invenção nossa. Há um manual de estatística

e finanças públicas e acho que quem tiver possibilidade pode consultá-lo. Esse manual estabelece as melhores práticas de registo dessas operações.

Como sabia que isso poderia levantar alguma dúvida ao nível da Assembleia, porque é uma inovação, uma forma diferente de apresentar o Orçamento, tive o cuidado de apresentar uma justificação no Orçamento. Há uma nota explicativa no ponto 5, página 4 que faz referência a despesas efectivas e podemos ver claramente que «são consideradas despesas efectivas as que excluem amortização da dívida pública. A amortização da dívida pública não é considerada despesa porque é, simplesmente, o pagamento do capital contraído em exercícios financeiros anteriores. Já os juros...»

Murmúrios.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, os Srs. Deputados querem saber página 4 de que documento.

O Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional: — Página 6 do Orçamento, ponto 5.

Portanto, «...já os juros, factos da utilização desses fundos, já são considerados despesas, uma vez que reduz o património líquido do Estado. As despesas efectivas são projectadas...». Portanto, estava a referir-me ao valor.

O documento foi acompanhado de uma nota explicativa, porque é uma nova forma de apresentação. É uma questão que está no manual de estatísticas e finanças públicas, podemos ter acesso, consultá-lo e discutir essa forma de apresentação. Não é uma forma inocente, ou errada de apresentar o Orçamento.

Ligado a isso veio a questão do financiamento, onde fala de depósitos do Governo. Isto está ligado à amortização, aliás, se a gente tiver o cuidado de consultar os outros orçamentos, em todos eles vêm essa operação. A diferença é que nos outros orçamentos somávamos isso directamente para o total das despesas e neste não está, porque esse documento recomenda que não se deve somar para o total das despesas. Isso está muito bem claro e não tem nada a ver com a questão que foi levantada de que constitui crédito líquido do Banco Central, uma vez que, quando fez referência ao artigo 25.º que fala de mais que 10%, aquele artigo não tem nada a ver com a programação, mas sim com a execução. Os 10% de receitas fiscais têm a ver com o processo de execução e o crédito líquido do Banco Central, no final de cada ano, tem que ser igual a zero. Por isso, não tem nada a ver. Se fizermos uma passagem por outros orçamentos, vamos ver mais ou menos a mesma coisa. A única coisa que está aqui diferente é a forma de apresentação como recomenda o manual.

Houve também uma questão levantada em relação aos donativos. Onde se vê Dbs. 962 474 063 122 00 (novecentos e sessenta e dois mil milhões, quatrocentos e setenta e quatro milhões, sessenta e três mil e cento e vinte e duas dobrás), são donativos para projectos. Há uma outra componente, Dbs. 071 200 000 000 00 (setenta e um mil milhões e duzentos milhões de dobrás), que são donativos para o Orçamento. Portanto, a diferença é que donativos para projectos são consignados directamente a projectos e donativos para o Orçamento não estão consignados directamente a nenhuma despesa do Orçamento. Representa 4 milhões de dólares de ajuda orçamental do Banco Mundial. Se adicionarmos a esse valor Dbs. 35 mil milhões de dobrás do Fundo HIPIC, resultante do alívio da dívida, dá os tais Dbs. 1 068 074 000 000 00 (um bilião, sessenta e oito mil milhões, setenta e quatro milhões de dobrás).

Houve também uma questão levantada pelo Sr. Deputado Sebastião Santos, em relação à coerência do quadro. Como disse inicialmente, só não erra quem não é humano. Realmente no total do quadro 1, página 41, na soma das receitas totais, incluindo o donativo, há uma duplicação de um montante de 22 biliões de dobrás. Portanto, isto é uma coisa que se pode corrigir. Reconheço que há um erro nesse aspecto, mas isso não implica alteração do total do Orçamento que apresentamos, de acordo com a lei.

Há outra questão que foi levantada pelo Sr. Deputado José Viegas, em relação ao tecto de despesas correntes. Queria só dizer que, nas despesas correntes, a projecção é até Dezembro. Estamos a projectar e incorporar dentro dessas despesas. Claro que o total de execução da despesa projectada pode revelar-se diferente daquilo que foi programado, porque estamos a incorporar dentro as despesas consignadas, o que não aconteceu na programação de 2011. Ou seja, aqueles serviços de cobrança de receitas e pagamento de despesas, como esse processo passou a ser feito directamente no Tesouro, estamos a incorporar esses valores. No decorrer da execução, até o final do ano, se tivermos necessidade de alterar o tecto, é claro que faremos um pedido à Assembleia, mas o valor que está cá é uma projecção de execução até Dezembro.

Houve uma questão levantada em relação ao PIB, em relação ao valor de 4,9%, diferença entre o valor do *site* da Estatística e o valor que o Governo apresenta. Acho que há aí uma confusão, porque tenho aqui o documento do INE com o valor de 4,9%. Portanto, não há diferença nenhuma...

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — A diferença é com isso.

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional**: — Está aqui 4,9%. Portanto, na nossa introdução, dissemos 4,9% e isso corresponde realmente o valor que está no documento do INE.

Também foi levantada uma dúvida em relação ao crescimento de 5,5% para 2012, tendo em conta o nível de investimento. Acho que seria um erro considerar investimento público só como um elemento

determinante para o crescimento do PIB. Para quem vê a composição, claro que vê que a percentagem de investimento público, dentro das componentes do PIB, é uma parcela. Há outros elementos que concorrem para o crescimento do PIB.

Outra questão levantada também em relação à fonte de financiamento. Isso foi levantado também no relatório da 2.ª Comissão, em relação ao valor de Taiwan. Portanto, temos 17,5 milhões de dólares, mais 2 milhões de dólares. 12 milhões de dólares correspondem ao valor anual acordado; 3 milhões são para projectos especiais. Portanto, há um acordo com Taiwan de projectos especiais para 5 anos, 3 milhões de dólares anuais. Há 2 milhões que são projectos que transitam de 2011 para 2012. Temos esse acordo com Taiwan, fizemo-lo no ano passado. O remanescente pode transitar para outro ano e este ano também vamos fazer isso. 2 milhões de dólares são de empréstimo de fundo especial. Portanto, é um empréstimo. Há um fundo especial direccionado para o sector privado, 1 milhão para o sector privado e outro milhão para o empreendedorismo. 500 mil dólares é o que Taiwan dá anualmente para projectos sociais, para além daquilo que está acordado. Esses valores todos podem ser confirmados, é a soma dos valores a que fiz referência.

Os saldos das empresas públicas. As pessoas sabem que estamos num processo de reforma e acho ser muito boa ideia, legítimo e prático incorporar saldos, mas não podemos incorporá-los se não tivermos contabilidade pública. Se não tivermos o manual de contabilidade pública, não podemos incorporar os saldos, não podemos ter a conta consolidada e, nesse momento, estamos a tentar. Possivelmente, no final de 2011, poderemos apresentar a conta de 2010 ainda com alguma deficiência, porque não vamos conseguir incorporar todos os saldos, mas estamos a ver se conseguimos fazer essa apresentação até o final de 2011.

Temos nesse momento um consultor, financiado pela União Europeia, que está a trabalhar connosco e, segundo os prazos que temos, estamos a ver se até o final do ano teremos as contas de 2010. Como sabem, deixou-se de fazer a conta geral do Estado já há quase 25 anos.

Em relação a dúvidas quanto a algumas informações prestadas aqui, só queria acrescentar que elas estão coerentes com a avaliação que temos anualmente dos nossos parceiros internacionais. Se Portugal tem a Troika neste momento, já o tínhamos há muito tempo e vimos tendo. Essas informações que prestamos aqui são informações que trabalhamos juntamente com esses nossos parceiros e são validadas. Esses relatórios também estão disponíveis, pode haver um erro, não colocámos os valores, mas a coerência é com essas informações que temos.

Por enquanto é tudo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sebastião Santos, para uma intervenção.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Caras e Caros Deputados: Há algumas coisas que nem vou responder. Sr. Deputado Idalécio, sou daquelas pessoas que falam frontalmente. Se um dia o senhor quiser para debatermos, a qualquer momento, qualquer hora, qualquer dia, é só dizer! A bola fica do seu lado!

Risos do MLSTP/PSD.

Sr. Primeiro-Ministro, li de facto a parte que o Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional disse. Aliás, são das primeiras páginas, mas o problema não está aí. Aquilo que disse está tudo muito bem, mas vamos à Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE). O senhor defende que essa tabela não corresponde às despesas, certo?

O Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional respondeu, acenando com a cabeça.

Foi o que o senhor disse agora, mas o documento diz: «despesas totais» e essas despesas totais são os somatórios. Despesas totais, excluindo as amortizações, despesas primárias, despesas correntes, tudo isso. «Totais» significa que se somou tudo até o final e depois diz que essa despesa condiz com Dbs. 2 837 480 000 000 00 (dois biliões, oitocentos e trinta e sete mil milhões, quatrocentos e oitenta milhões de dobrás). Essas são as suas despesas totais, certo?

O Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional respondeu, acenando com a cabeça.

O equilíbrio orçamental diz, despesas iguais às receitas. Estamos de acordo? Estamos de acordo.

A proposta de lei que o senhor mandou para a Assembleia é esta, em que o senhor está a pedir Dbs. 2 716 856 000 000 00 (dois biliões, setecentos e dezasseis mil milhões, oitocentos e cinquenta e seis milhões de dobrás). O Sr. Ministro está com uma diferença de aproximadamente Dbs. 121 624 000 000 00 (cento e vinte e um mil milhões, seiscentos e vinte e quatro milhões de dobrás). O Sr. Ministro está a perceber? O senhor está com essa diferença. O problema que se põe é, primeira questão, o senhor precisa de quanto?

Numa linguagem mais simples para as pessoas entenderem, vamos imaginar que uma família tem uma actividade e o chefe dessa família pede para lhe apresentarem o que é preciso e quanto é preciso para a realização dessas actividades, mas para lhe dizem também o que vai ser feito. A pessoa diz que precisa de 5 milhões, mas no decorrer das actividades todas nota-se que se precisa de 5,8 milhões. O chefe de família que é chefe de família deve perguntar-lhe aonde vai encontrar 0,8 milhões?».

O chefe de família é a Casa Parlamentar, porque ela é que representa o povo, e o responsável pela organização da festa é o Governo. A disparidade é esta!

Mais ainda. O Sr. Ministro disse que os compromissos não são despesas, mas mencionou aqui o Fundo HIPIC. Como é que vai constituir o Fundo HIPIC se não tomar em consideração as tais amortizações? Então, tínhamos que ir outra vez aos manuais e ver o que é Fundo HIPIC, como é que esse fundo é constituído e qual é a sua relação com as amortizações.

Além disso, há incoerência no seu Orçamento, porque o Sr. Ministro das Finanças nos apresenta duas coisas. Fizemos as contas e quero dizer que deve haver partes do Orçamento que não tenho. Eu já fiz essas contas que o Sr. Ministro fez, mas não está no Orçamento que tenho nem no do grupo parlamentar a que pertença.

Se as cópias são provenientes de documentos originais ou não isso é uma outra coisa. Fizemos as contas e elas batem certo com o que está na TOFE, mas em cima da TOFE o Sr. Ministro voltou a apresentar uma outra disparidade de despesas. As despesas que estão na TOFE não coincidem, porque ao invés de subtrair, o senhor somou. Fez o inverso. São duas operações contrárias. Se em vez de se dar água fresca a alguém para beber, se der água quente, a ferver, não se está a dar água. Portanto, são duas operações completamente diferentes.

O que se apresenta na TOFE, e é este o documento que tenho, das contas que fizemos, se precisa de Dbs. 2 837 480 000 000 00 (dois biliões, oitocentos e trinta e sete mil milhões, quatrocentos e oitenta milhões de dobras), mas o que está como receita são Dbs. 2 859 801 000 000 00 (dois biliões, oitocentos e cinquenta e nove mil milhões, oitocentos e um milhões de dobras). São contradições imensas!

Meus senhores, estamos a analisar o Orçamento e são números. Na análise de números há que haver precisão. Imaginem não haver precisão na preparação química de um medicamento! Toda gente morre. Não se pode dizer que é só por causa de não sei quê. Não, meus senhores.

Eu disse aqui ontem que o Grupo Parlamentar do PCD quer colaborar. Até disse que íamos ignorar certas coisas, é como se elas não existissem. Depois de ter dito isso, e tinha conversado antes consigo, Sr. Presidente, e mostrei-lhe algumas falhas, assim que recebi o documento, mas veio aqui um Sr. Deputado dizer que me vai desafiar. Ele tentou desafiar-me, dei-lhe algumas respostas ontem, mas ainda vou dizer-lhe duas coisas hoje.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Ele foi provocar o homem!

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — O Sr. Deputado disse o que disse, porque não leu bem os documentos. Voltei a rever os documentos e falta o orçamento do Banco Central, que é de capital importância para a análise de qualquer orçamento, sobretudo quando o Orçamento diz que há um montante que o Banco Central vai financiar. É preciso ver o orçamento do Banco Central para ver o *superavit* neste sentido. Falta os orçamentos da EMAE, do Laboratório de Engenharia Civil, da ENAC; do Instituto de Meteorologia; do INAP; da Segurança Social, para não falar de outros.

O Sr. **Domingos Boa Morte** (ADI): — Está aqui.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Não, não está. Se o senhor diz que está, não está a ver com olhos de ver.

Risos do MLSTP/PSD e do PCD.

Já agora que o Sr. Deputado voltou à questão, falou da parte legal, que se cumpriu não sei quê e tudo, quero chamar-lhe atenção para o seguinte: além de ser Deputado desta Casa Parlamentar, o senhor tem outras funções nesta Casa que o impõem que seja mais cauteloso. Vou dizer-lhe porquê.

Sr. Presidente, desculpe uma pergunta. Estas duas iniciativas legislativas, as GOP e o OGE, entraram ao mesmo tempo?

O Sr. **Presidente**: — Sim entraram.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Entraram a mesmo tempo!

No documento que tenho, as GOP, vem num papel que não é de facto da Assembleia. Presume-se que é de uma outra instituição que não seja a Assembleia. Está a perceber? Vem com quatro assinaturas, se se for ver as assinaturas, dever de ofício. Sou inspector e tenho que analisar as coisas com precisão. Está tudo correcto, mas os espaços não condizem com um outro documento, e não têm que condizer.

Já o OGE vem no papel timbrado da Assembleia Nacional, o que tenho. Disse-o ao Sr. Presidente na altura e o Sr. Deputado me obrigou a trazê-lo. No mínimo, isso pode aparentar uma imensa promiscuidade nesses documentos. Como ter papel timbrado da Assembleia num documento que vem do Governo, assinado pelos membros do Governo? Não é uma questão tão simples! Este documento, na parte final, diz outra vez: «A presente lei entra em vigor nos termos legais, com efeito a partir de 1 de Janeiro de 2012». Então vamos começar a pôr as coisas como elas devem ser. O que deve vir do Governo é uma proposta de lei. Só a Assembleia tem competências para fazer um documento, dizendo «esta lei entra em vigor ...» ou quando, mediante uma autorização legislativa, autoriza o Governo a legislar. Mesmo assim, o Governo não legisla em forma de lei, mas de decreto-lei.

Meus Senhores, perante essa situação, o meu Grupo Parlamentar não quer só colocar problemas. Na nossa perspectiva, também devemos dar perspectivas de solução. Entendemos que há uma saída com duas bifurcações. Uma delas nem é bem uma bifurcação.

Qual é a saída: ou o Governo assume a proposta de lei que tem, e tem que compagnar consequentemente todas as tabelas, em função do que está a pedir, repito, Dbs. 2 716 856 000 000 (dois biliões, setecentos e dezasseis mil milhões, oitocentos e cinquenta e seis milhões de dobras) ou mantém a mesma e tem que refazer todo o resto. Isso não se refaz aqui, mas o Governo deve pedir uma suspensão para refazer os documentos. Esta é uma proposta.

Outra, que é a correcta, o Governo deve retirar esta proposta e apresentar uma outra com os quadros todos condicentes. Das duas, uma: ou pegamos a montante, ou então a jusante.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Mas isso é uma questão de especialidade.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Não, essa não é uma questão de especialidade. Volto a dizer que ainda não estamos a debater. Esses são aspectos preliminares. Para o Grupo Parlamentar do PCD, ainda não começamos a debater o Orçamento, porque ainda não o temos. Esses são os aspectos preliminares, para depois começarmos a discutir o Orçamento.

Esta é a proposta que deixo à consideração do Governo, em nome do Grupo Parlamentar do PCD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, não sei se quererão responder às questões que foram colocadas.

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo**: — Sr. Presidente, vou pedir ao Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional para responder às questões.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É para dizer que respeito a posição do Sr. Deputado Sebastião Santos, mas acho que inovações são coisas que podem ser introduzidas e confesso que não fomos por essa via, porque queremos esconder alguma coisa. Felizmente, ao nível da Direcção do Orçamento, temos alguns técnicos com alguma capacidade, com algum conhecimento daquilo que se pratica nos outros lados. Então, decidimos que devemos apresentar o Orçamento segundo esse molde e é tecnicamente correcto.

Se o Sr. Deputado quiser, depois poderá consultar e verá que amortizações não são despesas. Acho que alguém que conhece um pouco de contabilidade pode justificar isso, que amortizações não são despesas. Aliás, quem vê a tabela percebe que vem de baixo da linha com um sinal negativo. Portanto, é uma forma de apresentação do Orçamento.

Qual é a diferença entre os outros orçamentos? O Sr. Deputado Sebastião Santos disse que tinha que vir o orçamento do Banco Central, onde se vê o saldo. Não é nada disso, porque se formos para todos os outros orçamentos, como expliquei aqui, há esses outros depósitos, considerados para financiar a amortização. Só que a diferença é que, anteriormente, a amortização estava considerada dentro das despesas e na proposta de lei que estamos a apresentar está fora. Isso é que é a diferença, porque as despesas que se precisa realmente são Dbs. 2 716 856 000 000 00 (dois biliões, setecentos e dezasseis mil milhões, oitocentos e cinquenta e seis milhões de dobras).

Murmúrios e protestos do MLSTP/PSD e do ADI.

Sim, vou lá chegar! É o que o Governo assume como despesa que precisa para o ano 2012.

Se derem uma vista de olhos nos outros orçamentos, vão ver muito bem tudo aquilo que acabo de dizer. A diferença é uma questão de técnica de apresentação. Se quiserem, como disse, podem consultar o manual de estatística e finanças públicas, que está lá muito bem expresso.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Boa Morte, para uma intervenção.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — *Bô bilá sca metê?*

Murmúrios gerais.

O Sr. **Domingos Boa Morte** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados: Acompanhei o relatório, digamos assim, do Sr. Deputado Sebastião Santos e dispenso qualquer comentário.

Sr. Deputado Sebastião, aconselho-o a observar o artigo 21.º da Lei do SAFE, propostas orçamentais dos órgãos do Estado, no seu ponto 3: «As classificações funcional e económica e por fontes de recursos das operações financeiras dos organismos do Estado serão as mesmos para o orçamento do Governo central».

O artigo 23.º desta mesma Lei, ponto 3, diz: «O Governo apresenta ainda à Assembleia Nacional, com a proposta do OGE, todos os elementos necessários de justificação da política orçamental, nomeadamente, a proposta de orçamento de todos os organismos com autonomia administrativa e financeira e das empresas do Estado».

Isto significa, Sr. Deputado, que deve vir em anexo e não integrado.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Direito de resposta!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sebastião Santos, para responder.

O Sr. **Domingos Boa Morte** (ADI): — Sr. Presidente, em que quadro o Sr. Deputado Sebastião Santos vai intervir?

O Sr. **Presidente**: — No quadro de direito a resposta.

O Sr. **Domingos Boa Morte** (ADI): — Mas Vossa Excelência sabe que não existe direito a resposta no nosso Regimento. Mais uma vez, apelo a Vossa Excelência que cumpra o Regimento, por favor.

Vozes: — Oh!

Murmúrios e protestos gerais.

O Sr. **Presidente**: — Se faz favor, Sr. Deputado Sebastião Santos, tem a palavra.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Sr. Presidente, uma coisa muito rápida.

Com alguma modéstia, todos estamos sujeitos a aprendizagem, permanentemente. Sou um deles, quero sempre aprender. Só deixarei de aprender no dia em que morrer!

Ora, vou ajudar-lhe, Sr. Deputado, jurista, a fazer a interpretação das leis, pelo menos das que citou. Os documentos devem vir em anexo, os orçamentos, e porquê? O Sr. Deputado preocupou-se em saber o porquê? Para permitir, primeiro, que o Governo faça a análise desses documentos, antes de compilar o OGE e o remeter à Assembleia. E sabe porquê? Para permitir que, se no orçamento dessas empresas existir défice, o Estado assuma a transferência desses défices para as empresas e os contabilize no Orçamento. Se houver saldos positivos, de acordo com a lei – posso estar enganado, mas qualquer coisa como 80% – o Estado deve arrecadar esses 80% e incorporá-los no seu Orçamento. Isso chama-se integração, incorporação.

Risos do Sr. Deputado Sebastião Santos.

Há várias formas de integrar e de incorporar. Espero, passados vários anos, ter podido ensinar-lhe mais alguma coisa.

Risos gerais.

Ontem um deputado disse que é professor. Quero dizer aqui que fui, sou e serei professor, mesmo não dando aulas mais. O meu título é professor...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, vamos à matéria em discussão.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Vamos lá chegar. Sr. Presidente, é preciso ir esclarecendo algumas coisas às pessoas.

O Sr. **Presidente**: — Sim, mas deixemos de insinuações, vamos à matéria!

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Sr. Ministro, da outra vez esqueci-me de dizer-lhe que como técnico foi a pessoa que sempre apresentou os orçamentos. Trabalhámos juntos e, ontem disse isso, devo reconhecer em si essa capacidade, mas não é isso que está em causa. Espero que entenda.

Não estou a dizer ainda que há qualquer coisa escondida, nem nada disso. O que estou a dizer é que o senhor pediu Dbs. 2 716 856 000 000 00 (dois biliões, setecentos e dezasseis mil milhões, oitocentos e cinquenta e seis milhões de dobras) de definição de despesas e não despesas, mas são compromissos que o Estado assumiu. O senhor vai honrar os compromissos das amortizações? Parece-me que sim. Por isso é que incluí na TOFE esse financiamento como despesa.

Vou dizer-lhe mais: dos Dbs. 2 716 856 000 000 00 (dois biliões, setecentos e dezasseis mil milhões, oitocentos e cinquenta e seis milhões de dobras) estão incluídos o Fundo HIPIC, que são 35 mil milhões. Quer dizer que já está a tomar em consideração as amortizações.

O Sr. **Rafael Branco** (MLSTP/PSD): — Pois Claro!

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Sem as amortizações não há Fundo HIPIC. Quer dizer que há um outro gafe. Se não tomar as amortizações, tem que retirar 35 milhões.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Cecílio Quaresma, para uma intervenção.

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco governamental, Sras. e Srs. Deputados: Acho que oiço esse discurso há 35 anos!

Na verdade gostaria que reflectíssemos um pouco sobre aquilo que viemos fazer aqui, discutir o orçamento.

Na verdade, não entendo nada de contabilidade. Talvez se fosse Matemática, Álgebra e Física entenderia melhor. Nesse sentido, é muito importante que tenhamos que analisar em regras o que estamos aqui a fazer.

Não quero dizer o nome de ninguém. Foi dito aqui que algumas rubricas de algumas direcções do Ministério das Obras Públicas não fazem parte do OGE, mas na verdade, durante as reuniões da 4.^a Comissão, não sei porque é que não está cá o Presidente da 4.^a Comissão, fizemos uma recolha geral das direcções desse Ministério, com o objectivo de saber realmente se todas as direcções estão ou não inscritas neste OGE. Nesse sentido, foi aqui dito que não existe o orçamento do Laboratório de Engenharia Civil...

Protestos do Sr. Deputado Sebastião Santos.

... existe. Na página 34 está o Laboratório de Engenharia Civil. Está!

O Sr. **Sebastião Santos** (MLSTP/PSD): — Sr. Deputado, ajude-me a me orientar. Página 34 de quê?

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — Página 34 de 46, está «Laboratório de Engenharia Civil».

O Sr. **Sebastião Santos** (MLSTP/PSD): — Ah, não é nada disso, isso é outra coisa!

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — Também nas direcções todas que analisámos, notou-se que realmente existe uma recolha de dados completos nesse Ministério. Portanto, não sei porque é que se continua a dizer isso. Talvez viemos aqui para fazer o nosso *show of* e não dizer o mais importante.

Risos do ADI.

Talvez estamos a mais aqui e outras coisas não nos interessam.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas, para uma intervenção.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, na nossa intervenção de ontem já tínhamos dito que havia problemas muito sérios neste Orçamento e que não nos revíamos nele.

Temos aqui um conjunto de situações que entendemos que a sua alteração é de relevância para o País. Com base nas indicações que demos ontem no nosso discurso, gostaríamos que o Governo voltasse a trabalhar este Orçamento.

Nos revemos e subscrevemos a proposta que foi colocada sobre a Mesa, através do Sr. Deputado Sebastião, porque achamos pertinente para o melhor exercício que queremos fazer em benefício da Nação.

Ontem, quando estivemos aqui na discussão, recebemos uma proposta de lei que foi referenciada pelo Sr. Deputado Sebastião, que de facto nem sequer tínhamos dado conta. Está aqui o papel timbrado da Assembleia Nacional e isso, em termos de procedimento, é grave! Temos que corrigir essas coisas e é de

bom-tom que retomemos a proposta do Sr. Deputado Sebastião Santos e agirmos em conformidade, para o bem da Nação.

Murmúrios e protestos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — O Governo quer continuar a intervir?

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo**: — Sr. Presidente, penso que o Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional esclareceu o ponto que foi levantado. O Governo necessita de Dbs. 2 716 856 000 000 00 (dois biliões, setecentos e dezasseis mil milhões, oitocentos e cinquenta e seis milhões de dobrás) para este Orçamento. É uma questão de forma de apresentação e creio que o Sr. Deputado Sebastião Santos não pôs isso em causa.

No que diz respeito a eventuais erros do quadro, é outra coisa passiva. Estamos na apreciação geral do OGE e quando fomos para a especialidade os Srs. Deputados com o Governo poderemos perfeitamente acertar e até debater mais alguns conceitos. Por isso, o Governo mantém a sua proposta.

Outras questões que foram levantadas sobre o documento que chegou à Assembleia, se estamos aqui é porque a Assembleia nos autorizou a estarmos aqui para apresentar o OGE.

Há um certo número de questões que foram aqui levantadas, em primeiro lugar gostaria de falar da questão da Região Autónoma do Príncipe, embora essas questões também não me pareçam estar ligadas à apreciação na generalidade do OGE.

Porque damos importância a essa Região, o Governo, quando interpelado, tem que responder aos Srs. Deputados da Nação, eleitos pelo Círculo Eleitoral do Príncipe.

Quero dizer que no que diz respeito ao contrato HBD Boavida e o Governo Regional, esses investidores, caso venham a investir na Região Autónoma do Príncipe, representam para nós uma excelente oportunidade de atrair capital privado, investimento directo para o País, localizado naquela Região.

Quero dizer também que o Governo está a fazer tudo para que de facto esse investimento tão importante possa arrancar. Não posso ir até aos detalhes no que diz respeito ao contrato, porque está a ser renegociado, e vou explicar porquê. Houve um acordo de investimento assinado entre o governo regional e HBD Boavida, em 22 de Dezembro de 2010. Esse acordo de investimento tem a ver com o turismo, transporte aéreo, infra-estruturas, comunicação, formação profissional e agricultura. Há um certo número de cláusulas que, no nosso entender, não são da competência do Governo regional, outras nem são da competência do Governo, mas da Assembleia nacional. Por conseguinte, dissemos que havia necessidade de se rever esse contrato.

Em 21 de Março de 2011, tivemos uma sessão especial de Conselho de Ministros no Príncipe e combinamos que tinha que haver um grupo de trabalho para corrigir todos esses aspectos, para que o investidor pudesse investir na Região. Depois fomos confrontados com uma situação, que o investidor começou a mandar materiais e contentores para o Príncipe e pedimos que se acelerasse o processo de contrato administrativo, para evitar que os contentores ficassem expostos, já que não temos infra-estruturas aduaneiras preparadas no Príncipe. Pedimos que houvesse uma caução bancária para que pudessem levantar os seus materiais. Tivemos cá em São Tomé uma reunião com os membros do governo regional: o Sr. Presidente, o Sr. Secretário Regional para infra-estruturas, o Secretário-geral para as Finanças, o Director de Gabinete do Presidente do governo regional e o Assessor do Secretário para as Finanças, para vermos como é que podíamos trabalhar no sentido de acelerar a assinatura do contrato. Que pudesse dar entrada no Tribunal de Contas e ver também quais são os aspectos, nomeadamente no que diz respeito aos incentivos fiscais que podíamos diligenciar junto da Assembleia Nacional para o compromisso inicial, que é a vontade do governo regional, assinatura desse acordo. Essa reunião com o governo regional deu objecto a um memorando, em que está expresso a vontade do Governo da República de podermos avançar e ultrapassar as dificuldades que existem no contrato. Presentemente, os serviços da Direcção de Tesouro e Património estão a trabalhar na elaboração do contrato. Os advogados da HBD Boavida estão a trabalhar com os organismos da administração central do Estado, para que se possa ter esse contrato. Porquê? Porque o contrato tem de facto algumas dificuldades. Não vou entrar em detalhes, mas vou citar uma delas. O contrato abrange Sundry. Ora, Sundry tem um contrato com o Estado, em que a sua concessão está entregue a Agripalma.

Bom, temos que ter cuidado, para amanhã não sermos chamados à justiça e pagar indemnizações e outras coisas parecidas. Então temos que lidar com algum cuidado com essa matéria, mas não há vontade, por parte do Governo, de travar qualquer coisa. Pelo contraio!

HBD Boavida pretende também construir uma nova pista. Não se trata de ampliação, trata-se até de mudar o eixo da pista. Bom, é preciso que os mecanismos que levam um investidor a querer construir uma nova infra-estrutura nacional, como um aeroporto, possam estar em consonância também com as regras do Governo e, enfim, outros aspectos. Por isso, é uma questão de podermos, com o investidor e com o governo regional, definir como é que as coisas devem funcionar.

Estamos a trabalhar e espero que, o mais rapidamente possível, se possa assinar o contrato com HBD Boavida.

Aquando da apresentação desse projecto, no dia 8 de Novembro, dissemos – e está no memorando, assinado em 20 de Outubro – que, mesmo antes da apresentação do projecto, queríamos ter todos os documentos, todos os contratos, de modo que não houvesse ideia de que estamos a assumir uma coisa e depois mudar de ideia. Temos que ter conhecimento completo das coisas.

Ora, o sentimento do Governo é que é preciso acertarmos um pouco as tramitações entre o Governo, o governo regional e o investidor. Estamos a fazer progressos nesse sentido. Por isso, acho que não há problemas de maior.

Temos que tomar consciência de que a questão da autonomia é nova, é uma matéria nova e que às vezes há incompreensões de uma parte e de outra. Aquilo que o Governo disse é que isso é normal e, quando há problemas de interpretação que não conseguimos ultrapassar, podemos até remeter ao Tribunal Constitucional, para dizer como é que as coisas devem ser. Não pode haver problemas! O objectivo é que as coisas se façam e que a população do Príncipe possa beneficiar do crescimento económico e do bem-estar, como qualquer cidadão de São Tomé e Príncipe.

Por conseguinte, essa questão, no nosso entender, está no bom caminho e, porque se trata de um investimento importante, porque o Governo considera que o crescimento económico tem a ver com a capacidade de atracção do investimento directo estrangeiro, só podemos apoiar esse projecto, mas temos que o acompanhar também.

Quanto a investimentos para o Príncipe, quero dizer, e foi aqui aflorado por todos, que o mundo está em crise, o País está com dificuldades, mas pensamos que o esforço do Estado, no Programa de Investimento Público, e o esforço dos privados poderão manter o nível de crescimento a 5,5%, e talvez mais. No caso do Príncipe, é verdade que há uma redução de 50%, no que diz respeito ao investimento, quanto ao projecto de hídrica, mas esse projecto, como todo o orçamento regional, foi discutido com as autoridades regionais.

Numa primeira fase, a intenção era abandonar o projecto de hídrica e fazer estudos complementares. Estamos abertos a rever, mas se quisermos orientar a verba para outra coisa, já que ela já foi inscrita também pela parte portuguesa, temos que renegociar com Portugal.

O investimento privado para o Príncipe, nesse plano de investimento de HBD Boavida, para 2012, é de 8, 235 milhões de dólares.

O concurso para o aeroporto, embora lançado sem a participação do Estado e do Ministério das Obras Públicas, é um sinal de que do lado do investidor as coisas avançam, as obras representam, para 2012, 3, 120 milhões de dólares.

Os investimentos na agricultura e no turismo este ano serão de 4. 655 milhões de dólares. Isso faz-nos pensar que a Região Autónoma do Príncipe, tal como São Tomé e Príncipe, tem dificuldades na capacidade de absorção e pensamos que, de facto, se trabalharmos para que se inicie esse investimento o impacto na economia regional será grande. Por conseguinte, essa fraqueza de fundos públicos poderá ser compensada pela entrada de capitais privados na Região Autónoma. Neste aspecto, estamos no mesmo barco.

No que diz respeito a estradas, reconhecemos que Santo António está com estradas muito degradadas, mas o valor para a reparação das estradas, das sondagens que fizemos, não era suficientemente atractivo para que possamos apresentar a empresas com capacidade. As empresas com capacidade para mobilizar meios para a Região Autónoma têm que ter um volume de negócio também que justifique. Então, pensamos que era melhor passarmos para 2013 e agregar mais obras, porque no Príncipe todos sabemos que há muitas obras com deficiência e é preciso aumentar a capacidade de empresas que estão ali a trabalhar, porque se fizermos obras que não servem, depois de algum tempo começam os problemas. Temos vários exemplos no Príncipe.

É verdade que é complicado, mas veremos com o governo regional o que podemos fazer para tentar estancar um pouco a degradação das estradas em Santo António.

No que diz respeito a ligações aéreas, hoje estamos a fretar um avião para poder assegurar as ligações aéreas com a Região Autónoma do Príncipe. *STP Airways* está a fretar este avião, é um *drilise* e estamos no processo de transformação dessa empresa com a entrada, como já anunciamos, da *Soner* e aquisição de dois aviões, que já estão identificados. Esperamos que, no próximo conselho de administração, esses aviões estejam integrados e fisicamente em São Tomé e Príncipe. Trata-se de um *Bich 1900* e um *Twinoter*. Escolhemos *Twinoter* por ser um avião mais barato em termos de custos operativos para ligação com o Príncipe, com a perspectiva de podermos diariamente fazer um voo de ligação ao Príncipe. Depois, quando o tráfico justificar, pomos o *Bich 1900*.

O que é que estamos a dizer hoje? *STP Airways* está no sistema internacional de reserva de lugares e nesses sistemas os primeiros lugares saem mais baratos e os outros mais caros. O que se está a passar hoje é, por falta de frequência suficiente e, evidentemente, por falta de barco, a quota dos lugares mais baratos partem logo e só ficam os lugares com preços mais elevados. Passamos de três lotações para quatro, para ver se conseguíamos resolver esse problema, mas estamos convencidos de que a questão da tarifa só irá baixar quando as frequências aumentarem e só poderão aumentar se o aparelho for mais económico para fazer a ligação ao Príncipe. Eis a situação actual das ligações aéreas.

Nas ligações marítimas, temos de facto problemas e quero dizer que não é vontade do Governo, mais uma vez, sacrificar a população do Príncipe. Não podemos sacrificar ainda mais a população, pondo as pessoas em risco de vida. Acho que quando o Tereze foi a pique não foi porque um membro do Governo

era sócio do Tereze. É lamentável o Tereze ter ido a pique e devemos tirar lições dessa situação. A verdade é que o IMAP tem estado a fazer o seu trabalho e temos que fazer fé também da nossa administração, mesmo que às vezes tenha as suas falhas.

Pessoalmente, quando o barco chegou aqui eu senti um alívio, até chamei para o meu gabinete o seu comandante, para perguntar-lhe que tipo de barco é, como é que é, como é que não é, porque sabemos que as ligações com o Príncipe e a costa africana são fundamentais para o Príncipe e os caixeiros-viajantes, etc. Por isso, o Governo tem todo o interesse que haja barcos seguros para fazer a ligação. Só que, no caso desse barco, de facto só pode carregar seis passageiros. Não se trata de dar jeito, porque não se pode dar jeito tratando-se da vida das pessoas. Ele nunca teve autorização para carregar mais de seis passageiros, nem em São Tomé e Príncipe nem na Grécia, nem nas Comores, nem em parte alguma.

Temos aqui documentos de outros países e de outros institutos. Se não acreditam no IMAP, há outros institutos internacionais. Se pensam que é um assunto político, não o é, é um assunto técnico. Nas Comores esse barco é «general cargo» e não é para passageiros. Outros institutos dizem seis passageiros, seis passageiros e nem mais um. Está aqui. Por isso lamentamos, mas não podemos aceitar que esse barco carregue mais que seis passageiros, a não ser que cumpra com as melhorias que foram pedidas pelas autoridades nacionais. Lamento, carga pode levar, mas passageiros não mais que seis. Assim tem que ser, não é má vontade, não é querer martirizar o povo do Príncipe, mas é a realidade. É a realidade porquê? Tivemos aqui muitos barcos, mas onde é que estão? Depois de recusarmos dar a bandeira santomense, quase todos foram a pique. Se tivessem a bandeira de São Tomé, iriam na mesma a pique, mas com a nossa responsabilidade. Por isso, temos o barco Príncipe com 63 passageiros, mas que actualmente não está autorizado a transportar, porque não tem as condições mínimas de segurança. Está parado e enquanto não cumprir não poderá transportar passageiros.

O NICOL que conhecemos foi a pique, muitos barcos que conhecemos ou foram a pique ou noutros portos não foram autorizados. Não conseguiram aqui, foram para outros países e também lá não foram autorizados.

Temos aqui alguns barcos, como por exemplo o Tornado, que estava para 25 e reduziu-se para 17 passageiros por razões de segurança; África n.º1 tinha 10 passageiros e agora já não pode transportar ninguém, também por razões de segurança, etc., etc. Por isso não se trata de uma perseguição em relação a Luana, não se trata de nada que não seja garantir as condições de segurança, que é também uma responsabilidade do Estado.

Por conseguinte, vamos continuar a lutar para ver se resolvemos esse problema de ligação para o Príncipe, porque só mesmo de barco é que conseguiremos também preços competitivos. De avião ficará sempre muito caro. Vamos continuar, quer em relação ao Príncipe, a Caué, Lembá, a nossa política é tudo fazer para, nestes distritos e região, se reduzir a pobreza e aumentar o crescimento económico.

Em relação às dívidas, é o que estava a dizer em relação a Sundry. Temos que ter cuidado, porque de facto muitas vezes, por inexperiência e por outras coisas, nos metemos em problemas e depois os tribunais internacionais defendem a outra parte e ficamos com dívidas para pagar. É isso que falei.

No caso da *STP-Trading*, volto a dizer, não é intuito nosso polemizar, mas é um caso em que o Governo é avalista e ele tem que pagar, enquanto o assunto não ficar resolvido de outra maneira, porque há um prazo que o Brasil pede, conseguimos atrasar um pouco, mas a partir de 2012 acho que temos que começar a assumir essa questão.

Há outros casos como a Sinergy, a MSF, etc. Por isso é que temos que ter cuidado e é por isso que chamo atenção.

No caso da Sundry e outros, temos que ter cuidado ao fazer as coisas. Se é melhor Sundry estar nas mãos de outra pessoa, tudo bem, mas façamos as coisas como deve ser, para evitar problemas que ninguém quer.

Por respeito ao Príncipe, trago esta questão, para que pelo menos as pessoas entendam de uma vez para sempre que estamos aqui para servir toda a população de São Tomé e Príncipe, na medida das nossas possibilidades.

A maioria das questões foi respondida pelo Sr. Ministro das Finanças.

Quero dizer o seguinte: entendemos que estamos aqui para o debate do contraditório, para críticas, enfim, fazer também política, mas, muito honestamente, penso que nota zero também não temos!

Murmúrios do ADI.

É verdade, como foi dito aqui, este país é feito de continuidade. Por isso, se é feito de continuidade, não pode haver nota zero. A não ser que todos não estejam a fazer nada aqui. Nesse país, muita gente trabalha no sector público, na administração e nos projectos. Por conseguinte, acho que não pode haver nota zero. Há continuidade, sim senhor; há inovação, como é normal também, não vou fazer aqui a lista de todas as coisas que foram iniciadas em 2011, mas há muitas; há descontinuidade, tem-se que retomar depois por várias razões; há projectos que começaram, pararam e rearrancaram. Vou dar o exemplo da estrada de San Fenícia a Folha Fede, que está inscrita agora para 2012, mas é uma estrada que vem desde o INDES,

2003. Houve dificuldades, parou e este ano tornamos a estrada mais ou menos transitável e em 2012 vai-se fazer agora a estrada.

Há também, salvo erro, a estrada que vai ao Cemitério de São João da Vargem, que tinha sido laçada em 2004, parou e retomou-se. Por conseguinte, existem coisas novas, existem coisas que foram retomadas, existem coisas que fazem parte da continuidade e é preciso dar a César o que é de César!

Só para fazer uma referência também, mas isso acho que veio no quadro dos relatórios das comissões, que não se falou do porto de águas profundas. Só quero dizer que é uma questão que vem sendo acompanhada pelo Governo, mas até então trata-se de um investimento privado de vital importância para a economia deste país. O Governo tem estado a acompanhar, tem estado a participar na busca de financiamento, o que não era o espírito inicial do projecto. Era um projecto financiado pelo sector privado e temos estado a acompanhar e quando tivermos outras notícias, evidentemente que faremos a devida publicidade. Não quer dizer que o Governo deixou de pensar no porto em águas profundas.

Penso que as metas que pretendemos alcançar são razoáveis. Se houve uma redução em relação ao PIB é porque desta vez tentamos ir às fontes de financiamento mais seguras, porque vai haver, como disse também o Ministro há bocado, a transição de alguns fundos de 2011 para 2012 e pensamos que a situação económica em 2012 será razoável, em conformidade com as previsões que estão nas GOP e no OGE.

Embora o mundo esteja em crise, sabemos que não é todo o mundo que está em crise. Sabemos que os doadores bilaterais principais têm dificuldades, mas sabemos também que na nossa sub-região as economias, algumas delas, estão a crescer com dois dígitos. Por conseguinte, não queremos também ser pessimistas. Estamos a ser realistas na medida do possível e acreditamos que este Orçamento poderá trazer crescimento económico e reduzir a pobreza em São Tomé e Príncipe.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio da Graça, para uma intervenção.

O Sr. **Eugénio da Graça** (MDFM-PL): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados: Venho cá para reportar algumas questões que se prendem, primeiramente, com a política do meu partido, o MDFM-PL, em questões que brigam, essencialmente, com a vida da população de São Tomé e Príncipe.

Estou a referir-me ao que o Sr. Primeiro-Ministro acabou de reportar, sobre a questão da estrada que liga Folha Féde a San Fenícia. Quero agradecer esta iniciativa, que por sinal já tinham comprometido esta questão e é salutar.

Entretanto, há uma outra questão que é água potável. Num passado muito recente, o Sr. Primeiro-Ministro havia se deslocado à zona subjacente que abarca Montalvão, Bugué, Cola Grande e Almas, visitou o nosso rio Manuel Jorge e viu a situação gritante que a população vivia e vive e prometeu tentar resolver, a breve trecho, essa questão. Entretanto, estive a analisar também o OGE e, de uma forma geral, não especifica claramente se essas populações vão ter água potável no ano económico 2012. Por esta razão, venho cá relembrar esta situação, porque ainda continua muito crítica e temos que buscar gradualmente a solução.

Queria também tocar noutro assunto. Aquando da primeira locução do Sr. Primeiro-Ministro neste mandato, fez referência à questão do elevador do único bloco operativo do nosso Hospital Central e disse bem que via que os doentes operados tinham muitas dificuldades para serem transportados para os quartos. Ultimamente, assisti a um caso. Os maqueiros, ao transportarem um paciente, por um pouco ele ia caindo da maca e se caísse, de certeza absoluta, em função do problema, ia complicar e quiçá levá-lo até a morte.

Não vejo espelhada esta questão, mas gostaria, neste caso, que a Sra. Ministra da Saúde pudesse tomar referência desta questão e tentar ver se o ano 2012 fosse, de facto, o ano para resolver esta questão, já que o Sr. Primeiro-Ministro também é sensível a ela.

Também queria ver uma questão ligada ao ambiente, de uma forma geral. Sabemos que o ambiente, hoje em dia, é uma situação muito gritante e, por sê-lo, a comunidade internacional, de uma forma geral, está preocupada e, certamente, o nosso Governo também está preocupado com o assunto. Por esta razão, em parceria com algumas instituições fora do País, nomeadamente Portugal, criou-se uma equipa de inspetores ambientais, que foram formados ainda este ano, ou seja, no mês de Maio/Junho e o que falta a essa equipa para a sua funcionalidade é dotá-la de mecanismos e de meios materiais e financeiros para que esses inspetores possam entrar em cena e comecem a dar as suas contribuições, com algumas sensibilização, fiscalizações e processos inspectivos para, junto a outros organismos, tentarem diminuir a situação do meio ambiente em São Tomé e Príncipe.

Gostava também de tocar num assunto concreto ligado aos capítulos de infra-estruturas, saúde e turismo. A situação do paludismo tem diminuído, entretanto, temos que criar condições e mecanismos para estancar, de uma vez para sempre, essa questão. Em algumas zonas subjacentes e aqui mesmo na cidade capital, ainda persistem zonas muito pantanosas que podem criar um atentado à saúde pública. Estou a referir-me mais concretamente à zona atrás do condomínio Vila Maria. É a zona de Sã Gabriel que dá acesso ao armazém D&D, Vila Maria, armazém ANA. Esta zona é pantanosa, o Governo de então criou condições mínimas, mas elas não foram satisfatórias em termos de drenagem. É insuficiente, sobretudo na

época chuvosa aquela vala não suporta a carga de água e faz transbordar para toda aquela zona. Torna-se impraticável e faz criar muitas larvas de mosquitos que podem criar problemas, não só para os moradores daquela zona, mas também para as pessoas que vivem no condomínio, já que a zona está muito próxima do condomínio. Já fizemos uma exposição no passado e o governo de então tentou ver a questão, mas, nesse caso concreto, ainda não foi resolvido.

Gostava que na especialidade o Governo pudesse ver essa questão, solicitando uma equipa técnica para a ver *in loco* e ver até que ponto, já que é um troço de menos de um quilómetro. Uma estrada de asfalto e umas pequenas drenagens nos arruamentos podiam também dar outro alento aos nossos vizinhos do condomínio, porque se estamos mal, certamente o Sr. Primeiro-Ministro, que também lá vive, pode ser picado também por alguns mosquitos...

Risos.

... porque mesmo com as redes milimétricas os mosquitos penetram. Seria bom porque também é uma zona turística.

Para terminar, também gostaria de salientar uma questão. Como venho do Círculo de Mé-Zóchi, permitam-me, não estamos na especialidade, mas queria tocar na questão de Riba Mato. Há um troço de estrada que liga Riba Mato a Sr. Paquete e, de facto, é um troço que já vem de há muitos anos, juntamente com a questão de falta de água potável. É preciso ver-se essa questão. Não digo tão já, mas que se pudesse inscrevê-la para os próximos anos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros, para uma intervenção.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Sr. Primeiro-Ministro, hoje não pretendia tomar a palavra, mas fui obrigado, em função da explicação que foi dada por si.

Deixe-me dizer que normalmente me dirijo a si, porque é o Primeiro-Ministro, é o chefe do Governo, mas pessoalmente contra si não tenho nada. Simplesmente estou a defender um povo e, ao fazer essa defesa, enfrento qualquer um. É só por isso.

Sr. Primeiro-Ministro, ouvi atentamente a sua explicação e gostei de a ouvir. Gostei de ouvir que o seu Governo vai fazer de tudo para que o projecto do chamado «homem da lua» siga em frente, mas, queira desculpar-me, sendo Sua Excelência alguém que já prometeu muito para o Príncipe e que até agora, infelizmente, não tem feito nada, fico com algumas dúvidas. No entanto, vamos esperar para ver.

Devo dizer também que Sua Excelência pecou, quando respondeu a questão do investimento público, porque não devia meter o investimento privado. A questão que levantei ontem foi a questão do investimento público, que Sua Excelência prometeu, num compromisso assinado, de dar 30%.

Falou também de crise e ontem tive o cuidado de reconhecer que há crise. Também recorde ter dito que o problema estava no critério de redistribuição. Isso é que está mal, porque se formos a analisar bem este Orçamento, a redistribuição é claramente feita em prejuízo do povo do Príncipe.

Portanto, ontem, quando também tomei a palavra, peço a compreensão do Sr. Deputado do ADI, Carlos Pinheiro, disse que pressupunha que a sua intervenção era coordenada. Hoje cheguei a uma conclusão, porque o Sr. Primeiro-Ministro falou da mesma coisa, retirar a verba – se ouvi bem – do projecto. Se é que a mini-hídrica não é viável, se calhar, como Deputado, sugeriu a reabilitação da estrada do centro da cidade de Santo António. Nesta matéria devo dizer que não concordo, porque o projecto da mini-hídrica também é importante para o Príncipe, para fazer aumentar o fornecimento de energia. Aliás, temos problemas com a energia. O Sr. Primeiro-Ministro tinha prometido, nesse mesmo compromisso, dar energia 24 sobre 24 horas e até hoje não temos energia...

Murmúrios e protestos do ADI.

Realmente, não tínhamos! Reparem que nesta Assembleia não tenho estado a pedir nada mais, para que as pessoas não me venham dizer que o meu governo estava lá e não o fez. Tenho estado a pedir aquilo que o Sr. Primeiro-Ministro, enquanto secretário-geral do ADI, assinou com o povo do Príncipe. Portanto, essa mini-hídrica vai aumentar o fornecimento de energia e reduzir também o custo com o combustível.

Sr. Primeiro-Ministro, também não concordo que as estradas da cidade de Santo António, depois de serem orçamentadas em 2011, agora o senhor vem dizer que vão ficar para 2013. Não concordo com isto, porque realmente é uma necessidade.

Outra questão, está ligada à *STP-Airways*. O Sr. Primeiro-Ministro justificou o alto preço das passagens com a questão do frete. A *STP Airways* está a fretar o avião e espero que ao referir-se desta forma não estava a pensar que o povo do Príncipe é que vai ter que pagar a passagem para suportar o frete da companhia. Referi-me a esta questão, porque o Sr. Primeiro-Ministro também falou disso no documento que assinou. Estou a falar da questão da subvenção, um custo que é do Estado santomense, um custo da

descontinuidade geográfica, um custo da dupla insularidade. Não estou a me referir ao custo do frete. Custe o que custar o frete, o povo do Príncipe não tem culpa. O Governo é que tem que subvencionar, porque o custo é do Estado santomense, sobretudo porque é o Governo que prometeu subvencionar esses custos.

Falou também do navio Luana e da falta de condições de salvamento. São partes técnicas que não entendendo, mas ontem o Sr. Deputado Cecílio disse que, se calhar, as jangadas de salva-vidas que o navio tem já devem estar fora de moda e certamente o Governo deve estar a exigir balsas de salva-vidas. Também não sei se o Sr. Deputado Cecílio, enquanto técnico, tem informações de que 20% dessas balsas não abrem no momento de acidentes. 20% dessas balsas que se está a considerar que são eficazes e que por causa disso o povo do Príncipe está a sofrer, não abrem no momento de naufrágio.

Ontem, e mesmo hoje, sempre que falo desse compromisso que o Sr. Primeiro-Ministro assinou, o Sr. Primeiro-Ministro começa a sorrir e imagino que como quem dissesse «ah, esquece esse documento!», mas não, enquanto eu for Deputado nesta Assembleia, não vou esquecer esse documento. Até porque o mesmo tem um prazo de entrada em vigor: «o presente compromisso de honra entra em vigor na data da tomada de posse do Dr. Patrice Trovoada como Primeiro-Ministro e dos deputados eleitos na próxima legislatura...», que é esta, «...e mantém-se válido pelo período de uma legislatura, após a sua assinatura por ambas as partes».

Murmúrios e protestos gerais.

Por isso não posso esquecer este documento.

Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Ministro do Plano e Desenvolvimento...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça a sua intervenção sem insinuações!

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Já que estou no uso da palavra, vou aproveitar também para pedir alguns esclarecimentos.

Sr. Ministro, um dos grandes eixos deste Governo é combater a pobreza, estou certo? Nesse sentido, o Governo elegeu como prioridade a agricultura e pesca, estou certo?

Sabemos que muitas famílias em São Tomé vivem da agricultura e têm-na como base da sua sobrevivência, mas tenho conhecimento de que o Governo tem estado a retirar parcelas de terra aos pequenos agricultores, para serem entregues a estrangeiros.

Murmúrios do ADI.

O Governo já retirou parcelas de terra a cerca de 200 famílias, portanto, nas zonas de Angra Toldo, Água João, São João de Santa Catarina, Ponta Furada, Dona Amélia, Rio Alves, Lembá e outras. Agora, o que gostaria de saber é que alternativa o Governo tem para essas famílias, para que isso não agrave ainda mais a situação da pobreza em São Tomé e Príncipe.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves, para uma intervenção.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Caríssimos Deputados: Confesso que não vinha preparado para fazer qualquer intervenção neste período, mas acho que estamos num imbróglio, porque ainda não estamos a discutir o Orçamento, pelo que eu saiba. Estamos ainda em questões preliminares e temos que sair desta.

Antes de fazer a minha intervenção, gostaria de perguntar ao Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional se vai ou não pagar as amortizações da dívida? Essa é uma pergunta que gostaria de pedir a sua indulgência para responder, porque iria facilitar a minha intervenção, para ajudar e contribuir aquilo que penso que é a saída para este imbróglio.

Quero pedir desculpas, saudei a todos e esqueci-me que temos cá espectadores especiais, os alunos do Liceu Nacional, a quem quero cumprimentar e desejar bons estudos, no liceu e aqui também.

Murmúrios do Governo.

Estou à espera da resposta, porque quero continuar. Não sei se posso voltar ao meu lugar. É uma resposta simples, sim ou não. Apenas isso. Vai pagar?

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional**: — Sim!

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Ok. Dizia aqui o Sr. Ministro que amortizações, de acordo com o seu livro técnico – não vou entrar nesses pormenores, porque não sou perito na matéria – não são despesas e, como tal, não devem ser consideradas no OGE como uma despesa do Estado. No entanto, disse que vai pagar, então como é vai pagar se, na proposta de lei que nos apresentou, o tecto que está a nos pedir este valor

não está contabilizado? Portanto, são coisas simples. Se vai pagar, como e sai de onde? Se a Assembleia aprovar o tecto orçamental que está aqui e não está incorporado, como é que vai pagar?

A saída é simples: se vai pagar, e acho que tem mesmo que pagar, porque na Tabela de Execução Orçamental que foi apresentada efectivamente esse valor está incluído, aí é que está, há uma contradição que não estou a perceber. Neste mapa, o valor está incluído, tanto é que são Dbs. 2 837 480 000 000 00 (dois biliões, oitocentos e trinta e sete mil milhões, quatrocentos e oitenta milhões de dobras). Com a correcção que foi feita por si nos totais das receitas, onde está Dbs. 2 859 000 000 000 00 (dois biliões, oitocentos e cinquenta e nove mil milhões de dobras), menos os tais Dbs. 22 mil milhões, houve um lapso, erro é humano, dá exactamente aquilo que o senhor precisa para receitas equivalente a despesas. Aí é que está correcto. São Dbs. 2 837 480 000 000 00 (dois biliões, oitocentos e trinta e sete mil milhões, quatrocentos e oitenta milhões de dobras) das despesas, equivalente a Dbs. 2 837 480 000 000 00 (dois biliões, oitocentos e trinta e sete mil milhões, quatrocentos e oitenta milhões de dobras) das despesas.

Agora, o que não estou a compreender e muitos colegas, se calhar, também não é como é que o Governo precisa de Dbs. 2 837 480 000 000 00 (dois biliões, oitocentos e trinta e sete mil milhões, quatrocentos e oitenta milhões de dobras) e está a pedir Dbs. 2 716 856 000 000 00 (dois biliões, setecentos e dezasseis mil milhões, oitocentos e cinquenta e seis milhões de dobras)?

Para além de uma questão que tem que ser resolvida, e é com a Mesa da Assembleia, acho que este documento tem que ser devolvido para que o Governo envie um documento do Gabinete do Primeiro-Ministro ou do Conselho de Ministros, assinado pelos respectivos membros, que estão cá, porque não podemos aprovar um documento que tem papel timbrado da Assembleia e assinado pelos Membros do Governo. Portanto, seja como for, há trabalhos a serem feitos antes de chegarmos ao período de votação.

Há uma outra questão que também me saltou à vista, quando o Sr. Ministro falava sobre os fundos provenientes de donativos e empréstimos de Taiwan. Fiquei tanto ou quanto perplexo, porque o Sr. Ministro é Ministro das Finanças e Cooperação Internacional, mas quando falava dos números ainda perguntava aos colegas. Fiquei sem saber, se o senhor é que assina os documentos, como é que ficou na dúvida? Tem mesmo certeza daquilo que está a falar? O Sr. Ministro mais que ninguém é que devia informar aos colegas e não os colegas a dar-lhe indicações.

O Sr. **Presidente**: — Vou dar a palavra ao último inscrito, o Sr. Deputado Hélder Paquete, e depois a palavra será para o Governo, para continuar a esclarecer.

O Sr. **Hélder Paquete** (ADI): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Primeiramente tenho que ver se não há alguém nesta Sala que foi meu professor...

Risos do ADI.

... para saber como falar e de uma maneira mais cuidadosa.

Tenho escutado aqui nesta Assembleia intervenções que, de vez em quando, me deixam uma certa dúvida. Quando se fala que se tem 20 anos nesta Casa, isto e aquilo, pergunto: se se tem 20 anos nesta Casa, porque é que há tantos problemas assim?

Venho cá para levantar algumas questões referentes às GOP. Estas GOP assentam-se muito bem na promoção do crescimento económico, isto está bem expresso no documento com algumas medidas que são tomadas para esse crescimento. Vemos que há medidas que vão apoiar os agricultores, vemos que há medidas que estão muito relacionadas com o aumento do rendimento das pessoas, principalmente no meio rural. Temos muitas medidas nestas GOP que estão viradas, directamente para as populações do meio rural.

Ora vejamos: no capítulo da agricultura, temos alguns projectos que vão ser implementados, precisamente para incentivar a produção agrícola. Temos o projecto PREASA, que vai reabilitar infra-estruturas económicas, vai reabilitar infra-estruturas de acesso e vai apoiar muitos agricultores nas suas actividades produtivas. Quer dizer que há uma preocupação em aumentar o rendimento dessa classe mais desfavorecida.

Falou-se aqui que se está a retirar terras, muito bem, se vamos entrar nesse capítulo, posso dizer que na verdade há muitos problemas com as terras distribuídas. Estou ciente de que muitos Deputados que cá estão conhecem esses problemas. Há muitas irregularidades nas terras distribuídas. As terras vocacionadas para a agricultura foram desviadas do seu objectivo. Senhores, o nosso objectivo aqui não é confundir nem tão pouco criar contradições para dificultar a compreensão, mas sim estamos cá para explicar, de maneira que todos entendam o que queremos.

Algumas questões levantadas aqui já foram respondidas, especialmente a questão dos navios e mais outras, que talvez não cabe a mim responder, mas quero dizer claramente que estamos cá para aprender todos os dias e que aqui nesta Assembleia, de certeza, ninguém pode dizer que é mais do que outro, ou sabe mais que o outro. Temos que ser mais humildes ao expormos as nossas questões.

Tem havido aqui intervenções tipo regionalistas, mas quero dizer que São Tomé e Príncipe não é só a Região Autónoma do Príncipe. Também tem Lembá, Caué e o desenvolvimento dessas regiões também é

importante. Podemos dizer que Caué tem um desenvolvimento equivalente a outros distritos e região, então não podemos estar a particularizar uma questão, sempre falando da mesma maneira.

Portanto, quero dizer que os discursos regionalistas talvez não sejam convenientes aqui.

Fico por aqui.

Murmúrios e protestos do MLSTP/PSD e do PCD.

O Sr. **Presidente**: — Há alguns aspectos que penso que o Governo deve querer esclarecer.

Há esse ponto prévio que se levantou, que é a questão formal da proposta que temos que aprovar, a proposta do OGE. Queríamos que o Governo pronunciasse também sobre isso, para orientarmos os debates, se há realmente necessidade ou não de dar outro tratamento formal à proposta.

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo**: — Sr. Presidente, não podemos nos pronunciar sobre isso. A proposta entrou, foi aceite, passou pelas comissões e não é o Governo que tem que se pronunciar sobre ela. Só gostaríamos de responder às perguntas que foram colocadas pelos Srs. Deputados, mas a questão desse documento, penso que é uma questão que diz respeito à Assembleia Nacional.

O Sr. **Presidente**: — Efectivamente, na Assembleia as propostas foram admitidas tal como estão e, infelizmente, nenhuma das comissões levantou esse problema formal, inclusive a Comissão competente, a 2.ª Comissão, que apresentou as conclusões no sentido de que as propostas sejam discutidas na generalidade e depois, possivelmente, submetidas para apreciação na especialidade. Agora, durante os debates, o Grupo Parlamentar do PCD, apoiado pelo do MLSTP/PSD, disse que há necessidade de alterar a forma da proposta, para que ela seja discutida e aprovada. Já houve debates até aqui, várias intervenções e realmente teríamos que clarificar este ponto. A forma, no que respeita ao impresso, a proposta vem de facto como se fosse um projecto e não uma proposta, fundamentalmente a relacionada com o OGE. A proposta das GOP parece-me que está correcto. Diz o preâmbulo da proposta das GOP que «A presente proposta de lei destina-se a submeter à Assembleia as GOP, bem como as medidas de políticas inerente às mesmas». Por isso está claro que ela vem do Conselho de Ministros.

Enquanto a proposta do OGE, além de estar no impresso da Assembleia Nacional, de facto começa logo «A Assembleia Nacional decreta, nos termos..., o seguinte:», como se fosse um projecto da Assembleia. É uma questão de forma.

Além disso, há a questão de números que são citados e do Governo, nomeadamente do Sr. Ministro das Finanças, gostaria de ouvir se as observações dos Deputados são correctas ou não.

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo**: — Sr. Presidente, sobre esta questão já respondemos, são questão de números. Se é necessário um complemento ainda de informação sobre as amortizações, o Sr. Ministro pode ainda complementar, mas já respondemos.

Quanto à primeira questão que o Sr. Presidente colocou, o documento deu entrada, não fomos notificados de qualquer erro e os prazos para suplementos passaram e estamos aqui. Por conseguinte, do nosso lado não nos podemos pronunciar. Cabe à Assembleia Nacional ver essa questão.

Sobre a questão das amortizações, se há necessidade de mais um complemento, o Ministro pode, eventualmente, complementar, porque para nós também está coerente, está correcto. É uma questão simplesmente de apresentação. A nossa sugestão é de podermos aprofundar a questão na especialidade, mas o Sr. Ministro poderá de novo aqui prestar mais alguma explicação.

O Sr. **Presidente**: — Estava a ver a questão da forma de apresentação e é só a primeira página. Estou a pedir a colaboração, tanto do Plenário como do Governo, para talvez em 15 minutos resolvermos isso.

Tem a palavra o Sr. Deputado Idalécio Quaresma, para uma intervenção.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco, Srs. Deputados: Creio que estamos a tentar fazer «tempestade num copo de água».

Neste momento, estes formulários são distribuídos por via informática, forma digital, portanto, devemos assumir esse erro. É um erro! Pode-se tirar «a Assembleia» e não vai alterar em nada a proposta.

Portanto, essa é uma questão de bom senso e de consenso. Vamos, simplesmente, substituir essa palavra «Assembleia». Entrou na Assembleia, é convincente que a Assembleia cometeu um erro, não fez o devido trabalho para o detectar à entrada. Portanto, agora só temos que assumir. Isso não vai alterar em nada os números do Orçamento. Por isso, creio que é mais uma forma de fazer dilatar os processos, desnecessariamente, porque estando aqui «Assembleia Nacional», «Gabinete do Primeiro-Ministro», «Presidente do Conselho de Ministros», não altera nada. O que para mim altera são os números das propostas como estão.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves, para uma intervenção.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, apenas para lamentar a forma tão simples como o Líder Parlamentar do ADI que é, por sinal, Presidente da 1.^a Comissão, uma comissão que tem a ver com assuntos políticos, jurídicos e institucionais e que tem a ver com a legalidade, diz que o documento é tão simples quanto isso. Podemos aprovar um documento que vem da Assembleia Nacional e é assinado pelo Primeiro-Ministro e restantes membros do Governo? Mas, enfim!

O Sr. Primeiro-Ministro acabou de dizer que a questão está na forma de apresentação do Orçamento. Insistimos que não, porque se o Governo irá pagar as amortizações, naturalmente altera o tecto. O tecto que está cá na proposta de lei não contempla as amortizações.

O Sr. Ministro das Finanças disse que isso não é uma despesa, no entanto, disse que vai pagar. Se vai pagar, e só pode fazer pagamento com base no tecto aprovado pela Assembleia, onde é que vai buscar o dinheiro?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças, para responder.

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional**: — Sr. Presidente, acho que é uma questão de interpretação.

Não estão a entender a explicação que está a ser dada. Não disse que não vou pagar. Vou pagar sim, mas com operações especiais, porque em termos de definição, despesas incluem as despesas correntes mais as de investimento. É isso que estou a dizer! No Orçamento apresentado está lá as amortizações, inclusive com sinal negativo para demonstrar que é uma operação especial dentro do OGE. A forma correcta de apresentar é apresentar o total das despesas e as amortizações em baixo...

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — É um erro!

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional**: — ... com sinal negativo, como operações especiais.

É isso que queria dizer!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré, para uma intervenção.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Caras e Caros Deputados: Tenho acompanhado com muita atenção o debate e pedi a palavra apenas para levantar uma questão que, desde ontem, pensava que estava um pouco ultrapassada, mas hoje vejo-me na necessidade de levantá-la também como preliminar. Já que foi aqui dito que ainda estamos em questões preliminares.

O Sr. Deputado, espero não me enganar no nome, Sebastião Santos, vulgo ou mais conhecido por...

Vozes do ADI: — Bidão!

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — ... Sebastião Santos, disse aqui, desde ontem, que devemos ser rigorosos com o Regimento e que tem alguns anos de experiência nesta Casa Parlamentar e, enquanto Deputado, tudo irá fazer para que se cumpra o mesmo. As pessoas que me têm escutado esses dias todos também sabem já que defendo esta posição, de que devemos cumprir o Regimento.

Desde ontem, e vou pedir também a Mesa da Assembleia, uma tramitação foi pedida, Sr. Presidente, documentos. O Sr. Deputado tomou posse ontem e é óbvio que todo esse trabalho já havia sido feito antes pelas comissões e a própria Mesa da Assembleia. A atitude do Sr. Deputado ontem, se me permite, pareceu-me desconfiar da própria Mesa da Assembleia, dos serviços da Assembleia e das próprias comissões. Quando pediu os documentos, solicitou se foram assinados ou não e mais tarde esses documentos de facto chegaram e se provou que não havia nada a esconder.

Ontem, o Sr. Deputado tomou posse também em situações...

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Ilegais!

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — ... que, na minha opinião, violam o Regimento. Como é sabido...

Vozes do MLSTP/PSD: — Oh!

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — ...há requisitos preliminares para os deputados tomarem posse. A Assembleia poderá talvez nos ajudar, se foram cumpridos os requisitos e os prazos das declarações de todos os outros que estão a sua frente na lista, já que, salvo erro, o Sr. Deputado está no sétimo lugar da lista. Se se cumpriu todos os requisitos e que se prove também, já que pediu à Mesa da Assembleia para provar. Gostaria que se provasse também que todas as outras pessoas que estão a sua frente na lista assinaram as declarações.

Para além disso, quer o Regimento quer na Lei n.º8/2008, Estatuto dos Deputados da Assembleia Nacional, diz como é que deve operar esta mesma substituição. Leio o artigo 5.º, ponto 3 desta Lei, tendo em conta que o Sr. Deputado é tão recto no cumprimento da lei. Diz o preceito que «Os Deputados podem igualmente solicitar ao Presidente da Assembleia a suspensão temporária por razões imperiosas e inadiáveis de carácter profissional, nunca por mais de 6 meses na mesma Legislatura, sendo apenas uma vez, consecutivamente, ou 3, intercaladamente». Friso, para além de outros requisitos que aqui frisei das declarações, se existem e se foram assinadas pelas próprias pessoas e quando é foram assinadas, «razões imperiosas e de carácter profissional».

É que ontem vi o Sr. Deputado eleito que o Sr. Deputado Sebastião Santos veio substituir aqui, na hora que a reunião foi marcada. Ele apresentou uma justificação para essa substituição, que não poderia estar aqui presente, mas esteve aqui.

É apenas um alerta à Mesa da Assembleia Nacional que poderá responder se os requisitos de facto foram esses.

É por isso que se continua a pedir rigor, e também peço esse mesmo rigor à Mesa da Assembleia. A Mesa tem que começar a ser rigorosa, como todos nós Deputados aqui nesta Casa Parlamentar. Rigoriedade não pode servir só para algumas questões e não para outras.

É verdade que no timbre do documento vem escrito «Assembleia Nacional», quando vem do Governo, assinado por S. Exa. o Sr. Primeiro-Ministro e mais alguns ministros, mas gostaria também de dizer aqui que não é o timbre da Assembleia, é da República. Todos os órgãos da República usam esse timbre, apenas vem o nome da Assembleia. Mesmo assim, ao dar entrada na Mesa da Assembleia, a mesma aceitou o documento, quando podia ter pedido ao Governo para o corrigir. Vindo do Governo, assinado pelos membros do Governo, o documento não pode vir como se fosse da Assembleia Nacional. É uma falha da Assembleia e não do Governo.

Como respondeu muito bem o Sr. Primeiro-Ministro, pode ser um erro ao digitalizar, talvez para facilitar a vida à Assembleia, anteciparam já «a Assembleia», mas também cometemos esse erro, devíamos ter dito «não, o documento não pode dar entrada, porque veio com «Assembleia» quando devia ser «Governo» ou «Gabinete do Primeiro-Ministro».

Sem querer prolongar muito, gostaria de dizer que nós é que temos que resolver esse problema e não o Governo. Aceitamos o documento, a Mesa da Assembleia foi eleita por nós, Deputados eleitos pelo povo e temos que avançar. Várias vezes os outros grupos parlamentares da oposição pediram a esta Mesa uma palavra «bom senso». Agora pergunto: o bom senso só serve para algumas coisas e para outras não? É essa a pergunta que faço, porque o povo está à espera, o País está à espera. É verdade que o orçamento é algo de extrema importância para o País e para o nosso povo, por isso não sei se é sensato atrasarmos mais os nossos trabalhos, suspender por 10 ou 15 minutos, quando sabemos que foi um erro também da nossa parte em não ter visto essa palavra «Assembleia Nacional».

Aproveito também para, além desta questão formal, dizer ao Sr. Deputado Sebastião Santos que poderá contar comigo quanto a tudo que disser respeito ao cumprimento do Regimento e também manifestar a minha disponibilidade total para a correcção do mesmo Regimento no que diz respeito a algumas coisas que de facto imperam os nossos trabalhos. Todos os dias constatamos isso. Se trabalharmos junto nisso, espero poder aprender um pouco mais consigo da experiência que tem desta Casa Parlamentar.

Já que me refiro a isso, me vejo na política e na vida parlamentar, não sei como é que vai ser a minha vida futura, mas tenho alguma dificuldade em, daqui a 20 ou 30 anos, já que este é o meu primeiro ano como Deputado, vir a ter colegas deputados com a idade da minha filha. Não me vejo, daqui a 20 anos, a estar aqui sentado com a minha filha a gladiar-me politicamente. Espero fazer outra coisa.

Murmúrios.

Quero dizer também ao Sr. Deputado José Viegas, se bem que o Sr. Primeiro-Ministro já falou um pouco disso, que nota zero é uma nota que como professor há muitos anos talvez goste de dar aos alunos. É experiência que já tem de dar esse valor.

Já que estamos a fazer política e ainda estando nos preliminares, ainda não entramos na discussão do OGE, o que o povo quer é que todos nós, responsáveis políticos e dirigentes, possamos, de uma vez por todas, sentarmos juntos e olharmos para o nosso país. Olhar para o nosso país não significa não haver oposição, não significa não haver críticas, não haver debate político, mas sim sermos responsáveis para com o País, para com a Nação e para com o povo. Alguns órgãos de soberania já estão a entender isso e a ter um comportamento de facto que vai aos desideratos do povo. Friso o caso do actual Presidente da República com o seu comportamento, o Governo e mesmos os Tribunais, nos últimos momentos, têm dado sinais de melhoria. Nós, os Deputados, é que ainda estamos a mostrar à Nação que queremos continuar amarrados ao passado, às intervenções do passado, à actuação parlamentar do passado, e um passado para esquecer. Enfim, há pessoas que insistem em não mudar.

Quero levantar também uma preocupação que não podemos esquecer e da qual o Sr. Primeiro-Ministro também falou. Pela sua forma de ser e de fazer política, que respeito, pelas funções que ocupa enquanto Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, apenas disse à Nação que um dos casos polémicos que é STP-

Trading toda gente irá pagar. Por outras palavras, foi isso que foi dito, o País irá pagar, os contribuintes irão pagar 5 milhões de dólares. Estamos a ser sérios? Um cidadão que levanta todos os dias e vai trabalhar num país difícil, com dificuldades imensas, com poucos recursos, ouve na televisão, na rádio ou noutros órgãos da comunicação social que outro país irmão a quem estamos sempre a estender as mãos, pedindo, nos concede 5 milhões de dólares para ajudar o País e esse valor voa para algumas pessoas e algumas delas com grandes responsabilidades políticas! O Tribunal irá depois falar desse caso concreto, mas a verdade é que esse dinheiro não existe! Quanto aos responsáveis, deixemos que o Tribunal faça o seu papel, mas temos que pagar. Como é que irá sentir-se esse cidadão lá em sua casa, sabendo que está a pagar esses 5 milhões de dólares? Os contribuintes é que vão pagar e estamos a querer mostrar aqui que somos sérios, que somos defensores de regras orçamentais, que temos conhecimentos.

Em relação ao caso do barco Príncipe, eu vejo aqui um deputado que defende o Príncipe, é bom defensor do Príncipe, mas o Príncipe é uma parte integrante do País, da Nação e todos nós, não só ele, devemos defender o Príncipe e todas as outras regiões do País. Defendendo o Príncipe, pergunto: saiu do cofre do Estado 1 milhão, salvo erro, não tenho o número exacto, mas volta de 1 milhão no total, com os custos do hotel, etc., 1,4 ou 1,6 milhão de dólares para comprar um barco, há coisa de 2 anos mais coisa menos coisa e esse barco está, como se diz, em cima da terra, tem deficiências graves, quando o povo do Príncipe está à espera de oportunidades para poder circular no seu país e não consegue, tudo isso não choca? Pensa que só choca o Sr. Deputado? Não, choca a todos nós, choca toda gente do Príncipe e de São Tomé, porque eu também gostaria de viajar para o Príncipe a um preço mais barato. Não são só as pessoas do Príncipe que gostariam de vir para São Tomé. É verdade que têm mais necessidade, mas eu também gostaria de ir conviver mais vezes com os meus amigos que tenho no Príncipe; gostaria de ir um fim-de-semana ao Príncipe como vou a Porto Alegre, mesmo com dificuldades da estrada; gostaria de mostrar o Príncipe aos meus filhos e sobrinhos; gostaria de ir fazer turismo no Príncipe, poucos dias, mas gostaria de ir ao Príncipe. Do pouco conhecimento que tenho, gostaria de ensinar algumas coisas às pessoas do Príncipe e receber ensinamentos deles ao virem aqui a São Tomé.

Onde é que foi esse dinheiro todo do barco Príncipe? O barco não tem condições de navegabilidade para este oceano, para fazer a travessia São Tomé/Príncipe, mas quem o comprou não sabia disso antes? Foi este Governo da ADI que comprou o barco? Foi o governo do PCD? Foi o governo do MLSTP/PSD? Que governo comprou esse barco?

Uma Voz: — Show off.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Mas é um *show off* que toca a consciência das pessoas. Se isso não lhe toca, Sr. Deputado, eu também estou preocupado com o Príncipe.

Há uns anos, todo mundo viu um grande projecto de melhorar e requalificar a nossa cidade, partindo todos os passeios, com prazos pré estabelecidos. Tínhamos passeios da época colonial, com algumas deficiências e alguns buracos, é verdade, mas acho que se não tínhamos dinheiro suficiente para acabar a obra, não deveríamos ter partido toda a cidade depois para termos problemas com o acabamento das obras. Podia-se, talvez, ir partindo, por quarteirão, de acordo com as possibilidades financeiras do País, mas partiu-se toda a cidade e depois ficamos, esses anos todos, sujeitos a lama, buracões, numa cidade, às vezes, sem energia.

O Governo decidiu acabar as obras. É verdade que todo o processo não começou com este Governo, mas quem anda hoje na nossa cidade vê o esforço que o Governo está a fazer para acabar as obras que já deveriam ter sido acabadas há muito tempo.

Um outro grande caso que não vou entrar em pormenor, nem posso, porque não faço parte da comissão e se fizesse estaria restrito a regras regimentais e da Lei de Inquéritos Parlamentares tem a ver com a doca de peixe, hoje lota. Todo esse processo, quando é que começou? Como é que começou? Quem era governo e quem estava no governo? Quem eram os deputados? Recordo-me que houve uma grande discussão parlamentar sobre este assunto, se o local era apropriado para fazer essa obra, o valor da obra, se a obra era prioritária e se não havia outras coisas mais prioritárias. Houve uma grande discussão.

Também me recordo que alguns governantes de então insistiram com essa obra como se ela fosse algo de vida ou morte. Hoje a obra já não serve, porque não está num sítio adequado, sítio próprio para o fim a que se destinava.

Quanto ao valor da obra, também temos que falar disso, não sou pedreiro nem empreiteiro, mas aquilo que lá está hoje custou tudo o que se gastou? Não se fala disso, mas, como se disse aqui, é um *show off*.

Peço ao Governo para continuar no seu trabalho, na sua árdua tarefa de procurar um desenvolvimento para este país, dando melhores condições de vida ao nosso povo, e aproveito para pedir à oposição que continue a fazer o seu trabalho de oposição. A democracia é assim mesmo, estamos num sistema democrático, mas que essa oposição não seja uma oposição de bloqueio, mas uma oposição responsável, uma oposição construtiva, uma oposição com propostas para a melhoria das condições de vida da nossa população.

Quero também dizer à oposição que as regras do jogo democrático estão claras. Daqui há dois anos e meios vamos ter eleições e o povo decidirá se o Governo da ADI trabalhou bem ou mal. O povo está atento,

está a acompanhar. Se trabalhou bem, o povo decidirá se continua ou não. Se trabalhou mal, o povo saberá como fazer, através do voto, não de golpes parlamentares que retiram todo o sentido da essência democrática. O povo é quem mais ordena, é que decide sobre os seus governantes e os seus dirigentes.

O Sr. Deputado Sebastião Santos disse ontem que nunca foi ministro, mas será. Espero que o povo decida se o senhor será ministro ou não.

Aproveito para dizer que somos dirigentes políticos e temos que estar atentos a este povo de São Tomé e Príncipe, porque o mesmo já não está a dormir.

Quem continua a fazer política do passado, pensando que este povo continua como estava, está muito enganado. O nosso povo está muito maduro politicamente, o nosso povo cresceu politicamente e demonstrou que é atento, quer evoluir, quer crescer. Os resultados eleitorais, quer legislativos quer presidenciais demonstram isso mesmo.

Murmúrios.

Sou honesto e percebo isso, mas há dirigentes políticos que ainda não deram conta que esse povo já não é o que era e o povo está acordado, vigilante. Por isso, não pensem qualquer forma de oposição que queiram fazer, insistindo, poderá alterar a sabedoria do povo.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Se bem que não é matéria do nosso debate.

Murmúrios.

Não estou a falar em relação a sua intervenção, estou a falar em relação a alguns aspectos focados, que também podem ser considerado preliminares, em relação ao possível erro da Mesa ou não.

Queria dizer que penso não ter violado qualquer princípio regimental. O que diz o artigo 143 do nosso Regimento?

«1. Os projectos e propostas de lei devem:

- a) Ser apresentados por escrito;
- b) Ser redigidos sob a forma de artigos, eventualmente divididos em números e alíneas;
- c) Ter uma designação que traduza sinteticamente o seu objecto principal;
- d) Ser precedidos de uma breve justificação ou exposição de motivos.

2. O requisito referido na alínea d) do número anterior implica, no que diz respeito às propostas de lei e na medida do possível, a apresentação, de modo abreviado, dos seguintes elementos:

- a) Uma memória descritiva das situações sociais, económicas, financeiras e políticas a que se aplica;
- b) Uma informação sobre os benefícios e as consequências da sua aplicação;
- c) Uma resenha da legislação vigente referente ao assunto.

3. Não são admitidos os projectos e as propostas de lei que hajam preterido o prescrito nas alíneas a) e b) do número anterior.

4. A falta dos requisitos das alíneas c) e d) do n.º 1 implica a necessidade de suprimento, no prazo de cinco dias.»

O que é que se passou? Efectivamente o Governo apresentou as propostas no dia 30 de Outubro e elas foram aos serviços competentes para verificarem o cumprimento desses requisitos. São os procedimentos aqui estabelecidos na Assembleia Nacional e os serviços, no dia 31 de Outubro, apresentaram a sua informação, dizendo o seguinte: «Deu entrada neste departamento uma proposta de lei com a qual o Governo submete a esta Assembleia, para efeitos de apreciação e votação, o OGE para o ano económico 2012.

Esta iniciativa é apresentada nos termos do artigo 136.º do Regimento que atribui o poder de iniciativa de lei aos Deputados, aos grupos parlamentares e ao Governo e respeita os requisitos formais previstos nos artigos 142.º e 143.º do Regimento.»

Os serviços informaram-me isso.

«Assim sendo, temos a honra de informar a Vossa Excelência de que nada obsta a sua admissibilidade e baixa a todas as comissões especializadas permanentes, para os devidos efeitos».

No dia 1 de Novembro, dia seguinte, esta informação foi-me submetida e despachei. Visto, foi baixada às comissões para efeitos regimentais, respeitando os prazos fixados. Foi esse o despacho. Os documentos foram a todas as comissões e o dossier do departamento está aqui, a guia remetendo a todas as comissões, no devido tempo e hora.

Segundo procedimento. Em devido tempo, as comissões apresentaram à Mesa os pareceres, tanto a 1.ª Comissão como a 3.ª, 4.ª e 5.ª Comissões. Também despachei, como manda o Regimento, para a 2.ª Comissão fazer o relatório geral para apreciação. Foi o que aconteceu.

Posso afirmar-vos que li todos os pareceres e nenhuma das comissões chamou-me atenção para esta pequena incongruência formal e as comissões deram à Mesa parecer para que os documentos fossem submetidos à plenária para a sua apreciação, na generalidade.

A 2.^a Comissão, que é a comissão competente, fez o mesmo, por isso que também acho que é uma questão formal. Deveríamos superar isto, porque uma vez que o Governo cumpriu o seu papel, somos nós agora a assumirmos. A proposta que vem do Governo é transformada, naturalmente, no nosso documento a ser trabalhado. Portanto, peço a indulgência dos Srs. Deputados para superarmos este caso rapidamente, assumindo as propostas e avançando com os trabalhos.

Há direito de resposta, sim senhor. Resposta em relação à intervenção do Sr. Deputado Levy Nazaré? Tem a palavra o Sr. Deputado Sebastião Santos.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Sr. Presidente, uma parte da resposta vou deixar que seja o senhor a dar, porque normalmente não costumo falar de mim, em relação a coisas que não sou eu que decido. Portanto, é a resposta que diz respeito a como e porquê substituí o Sr. Deputado. Nessa questão não vou tocar, deixo para a Mesa da Assembleia.

Sr. Deputado Levy, não sei qual é a sua idade nem vou perguntar, mas se o senhor continuar a ser deputado e daqui há 20 anos estiver nesta Casa, não sei como é que vai estar, não sei, mas garanto-lhe uma coisa: a vida política não se faz só sendo deputado, ponto número um. Se o senhor eventualmente ao falar referiu-se a mim, acho que o senhor quis referir-se a outras pessoas. Sebastião Pires dos Santos Nascimento ainda está na vida, não só política, administrativa activa, na idade activa, e nunca disse e nem vai dizer, enquanto não ultrapassar esta fase, que não vai cumprir ou que não vai mais ser A ou B ou D. Se o senhor procurar dentro de si, estamos agora a falar de política, há-de encontrar vários. Se o senhor quer se referir que eu já esteja na idade de reforma melhor um pouco, desde que me paguem, só que muita gente já tinha reforma. Vamos começar pela actividade política do Governo. Quem não estará na reforma?

Risos gerais.

Na Casa Parlamentar, Sr. Vice-Presidente, o senhor já está na idade de reforma então? Eu não acredito que eu seja mais novo do que o senhor. No entanto, não vejo problema nenhum em o senhor ser Vice-Presidente da Assembleia Nacional e até, inclusive, Presidente do Conselho de Administração da Assembleia Nacional. Não vejo problemas nenhuns. Incompatibilidade ou não será a própria Assembleia a assumir e é o seu grupo parlamentar que fica com a responsabilidade e depois tratará disso.

Eu agora estou numa situação privilegiada, porque tenho assistido e seguido todos os debates parlamentares, mas todos.

O Sr. Deputado falou, e esta é que é a importância da democracia, da alternância do poder. Por vias democráticas, luto com os meus companheiros, porque nós trabalhamos para que haja de novo alternância e sabemos que nunca vamos estar bem lá e nem interessa, mas vamos trabalhar, e por vias democráticas.

O Sr. Deputado disse que o povo está maduro, está e é por isso que vamos ver ainda. O povo está maduro ao ponto de fazer as comparações.

Dissemos que ainda não começamos a discutir o OGE, mas quando chegar a altura, vamos ver as dificuldades do povo e para onde é que as verbas estão verdadeiramente alocadas; vamos ver as verbas tais que estão para gabinetes tais, as duplicações e triplicações das viagens, das comunicações e de tudo. Vamos trazer aqui e com números.

Sr. Deputado, vamos contribuir, modéstia à parte, para que a melhoria da situação do povo seja efectiva, porque sentimos as dificuldades que existem e que cada vez estão a aumentar. Não sei se o Sr. Deputado tem andado. Eu tenho andado um bocado e tenho conversado com muita gente, tenho muita gente amiga sobretudo os mais velhos. Muita gente não gosta dos mais velhos, mas eu gosto muito deles, porque é onde está o saber.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Nem sempre!

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Regra geral, o saber e a maturidade estão nas pessoas mais velhas, porque têm alguma experiência. Eu até acho que é sempre o mesmo. Todos os livros são bons e são maus. Tudo depende da visão com que se lê o livro.

Nós sentimos as dificuldades da população. Tudo que é encarecido, o dinheiro que se escasseia completamente, a actividade económica que está moribunda, os santomenses que estão cada vez mais descapitalizados. Sr. Deputado, até pequenos negócios que deviam estar nas mãos dos santomenses, hoje, estão a ser protegidos para os estrangeiros. Que venha a globalização, mas queremos que haja a protecção dos nossos cidadãos; queremos contribuir para que haja melhoria e as nossas propostas irão nesse sentido.

Quando resolvermos o problema preliminar da realocação das verbas, vamos até ver aquelas que estão colocadas de forma mesmo até um pouco esquisitas. Vamos lá chegar. Quero afirmar e garantir ao Sr. Deputado que existe e estamos a trabalhar. Pode parecer que o problema é do Sebastião Santos. É

verdade que estou aqui, mas não estou sozinho. É uma equipa que está aqui, é uma máquina que está a funcionar.

Risos.

É uma máquina mesmo. Não tenham receio, é mesmo uma máquina.

Quero dizer ao Sr. Deputado Levy que tenho uma escola política, a escola política do PCD, onde há trabalho, honestidade, seriedade e colectividade. Nós não temos patrão, é um partido sem patrão...

Vozes do ADI: — *Oh!*

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — ... trabalhamos e levamos as coisas nesses moldes. Quero dizer-lhe mais Sr. Deputado, a população santomense, que todos nós dizemos que amamos e cada um da sua maneira, está a padecer muito. Não sei se o senhor tem dado conta disso.

Depois poderemos ver também as realocações das empresas, para onde vão parar e na mão de quem. Está a perceber? Os senhores vêm hoje como se fossem salvadores da pátria, todos os outros são destruidores da pátria. Vejo pessoas, e é isso que me admira em alguns dos Srs. Deputados, que até tentam combater o saber das pessoas. Então, se há um problema orçamental, e aqui se deve dizer de forma muito clara, as comissões da Assembleia, sobretudo a 1.ª Comissão, deviam ver se os procedimentos foram todos cumpridos, se tiveram a cópia fiel do original dos documentos. Eu tenho que abrir as mãos e dizer que as comissões trabalharam mal. Não posso imputar isso a mim. Enquanto Deputado, devo estar solidário, mas é que o trabalho efectivamente não foi feito. Se o trabalho não foi feito, o penalizado não pode ser aquele que chega e que vê que aquilo está completamente mal.

Há este problema formal e eu insisto outra vez que não é só o problema do tecto, 2 716 856 000 000 00 (dois biliões, setecentos e dezasseis mil milhões, oitocentos e cinquenta e seis). Não é só isso. Mesmo neste valor estão incluídos os 35 mil milhões que vêm. Só se assumirmos os tais cento e vinte e tal mil milhões dos donativos, porque é assim que o Fundo HIPIC se constitui.

O grande problema que temos aqui, e muitas vezes as pessoas pensam que é ataque, é que nem todos nós – uns provavelmente mais do que os outros, eu também tenho muitas limitações, mas esforço-me para superá-las – fazemos a leitura correcta daquilo que está à nossa frente. Eu me lembro que uma vez levei o Raio X que fiz e as análises e entreguei ao meu irmão que é médico, porque eu não entendi absolutamente nada que estava lá. Agora, o que é preciso fazer, meus amigos? Ao invés de tentarmos combater o saber, devemos procurar, na medida do possível, ir melhorando a nossa performance.

Eu tenho sérias de dúvidas, mas sérias dúvidas de que, numa determinada altura, na 1.ª Comissão, coisas dessas passassem. Não é só porque era o Sebastião Santos. É porque o colectivo que lá estava apreciava verdadeiramente as coisas. Nós víamos com olhos de ver.

Vozes de ADI: — *OH!*

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Nós trabalhávamos, analisávamos minuciosamente os documentos e a Casa Parlamentar é para fazer isso.

Uma voz do ADI: — Essa comissão não tem representante do PCD?

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Se quiser dou resposta já, porque o elemento do PCD disse-me pura e simplesmente que só teve acesso aos documentos ontem. Porquê? O que é que está a acontecer? Reparem bem, meus senhores e analisem facilmente. Se cada um dos Srs. Deputados tivesse o OGE com as assinaturas, então o problema estaria todo resolvido. O problema é que o Orçamento que foi para os Srs. Deputados não é cópia fiel, por uma razão muito simples. Se os documentos que estão lá não estão assinados por ninguém e o que deu entrada na Assembleia está assinado, isto quer dizer que não é cópia fiel. Vocês estão a perceber? Ontem, antes de eu dizer o que estou a dizer, já tinha dito ao Sr. Presidente. Eu já tinha dito todas essas coisas e elas já tinham sido vistas. Eu percebi algumas coisas com o Sr. Presidente de Assembleia, mas o Sr. Deputado é que veio, porque está a fazer isso e aquilo. É por isso que eu digo a algumas pessoas, não me provoquem, porque eu tenho uma radiografia de quase tudo.

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado, resume a sua intervenção, porque tempo está a se esgotar.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — AH! Agora já se conta o tempo! Para os outros não!

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Sr. Presidente, com muita honestidade, acho que as coisas estão muito mal encaminhadas. Repito, as coisas estão muito mal encaminhadas.

Insisto que seja por que via for, é preciso retrabalhar ao menos o aspecto formal do Orçamento. Não tenhamos dúvida disso! A coisa é tão simples, porque o próprio Governo diz que precisa de 2. 7 biliões e

nesse valor estão incluídos 35 mil milhões que vêm dos cento e vinte e um mil milhões e qualquer coisa. Nas próprias contas do Governo, o Sr. Ministro das Finanças disse que é preciso pagar os compromissos e o que é preciso são 2.8. Isto é que é preciso. Este é um problema de tecto e temos que resolvê-lo e a partir daí alterar os quadros todos ou, pelo menos, parte dos quadros que lá estão.

Resta aos senhores fazerem aquilo que bem entenderem. Eu, por experiência própria, acho que discutir essas questões de números no colectivo, nunca sairemos do lugar. A questão de números tem que ter um núcleo pequeno, para se sentar e organizar as coisas. É isso que sugeri e o resto virá.

Sr. Presidente, eu gostaria que o senhor explicasse ao Sr. Deputado Levy como é que eu fui substituído, mas apraz-me dizer uma frase muito antiga: «se as pessoas se preocupam muito connosco, é porque fazemos as coisas muito bem».

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo**: — Sr. Presidente, venho de novo só para voltar à questão de números. O Sr. Ministro das Finanças vai voltar a dar uma explicação sobre a questão das amortizações e depois a sugestão do Governo é que se remeta as explicações mais detalhadas ao nível da especialidade, porque o Ministro das Finanças também foi chamado à 2.^a Comissão e a disponibilidade do Governo foi total, antes de chegarmos a este debate na generalidade.

O Sr. **Presidente**: — Antes de dar a palavra ao Sr. Ministro das Finanças, queria dizer que o processo de substituição operado no Grupo Parlamentar do PCD, a partir da reunião de ontem, foi iniciado com um requerimento do Sr. Líder Parlamentar do PCD, nos seguintes termos:

«Sr. Presidente da Assembleia Nacional, estando prevista a realização de uma palestra sobre a qualidade de ensino em São Tomé, entre os dias 30 de Novembro e 7 de Dezembro do ano em curso, onde o Sr. Deputado Albertino Bragança será o orador principal, vimos através desta solicitar a sua substituição por um período de 15 dias, com efeitos a partir de 1 de Dezembro, pelo Sr. Sebastião Santos do Nascimento, sétimo candidato da lista do PCD no Círculo de Água Grande.

Mas se informa que o segundo, quarto e quinto candidatos da lista se encontram ausentes do País e o terceiro e o sexto manifestaram-se indisponíveis, por se encontrarem no período de provas nas escolas ou universidades em que leccionam.»

Esse pedido, normalmente vai à 1.^a Comissão, que faz o papel de comissão de mandatos da Assembleia Nacional, depois é submetido ao meu despacho.

Logo à entrada do pedido, verifiquei que faltava a anuência do Deputado que iria ser substituído e dos restantes candidatos da lista até chegar ao deputado substituto proposto. Chamei atenção à Sra. Secretária da Mesa e de facto, no dia seguinte, ontem ainda de manhã, antes do início dos trabalhos, informaram-me que o Sr. Deputado Albertino Bragança assinou a carta da sua anuência, está aqui, o Sr. Deputado Cosme Rita, que seguia como o segundo da lista também assinou, a Sra. Deputada Maria dos Santos Tebús, também que está na lista antes do Sr. Deputado Sebastião, assinou, a candidata Paula Medina também assinou e o sexto candidato, que é o Sr. Armindo Aguiar, também assinou.

Face a isso, quer dizer que o processo está correcto. Todos assinaram a sua indisponibilidade em se apresentarem na Plenária do dia 1.

Uma Voz do ADI: — Foi viciado!

O Sr. **Presidente**: — Se foi viciado não sei. Como Presidente da Assembleia, o que preciso é que o processo esteja organizado como manda o Regimento. Em todos os grupos parlamentares, esse processo de substituição corre desta maneira. Aliás, simultaneamente com este o Grupo Parlamentar do ADI também submeteu um pedido. Também chamei atenção que era preciso e foi cumprido.

Tem a palavra o Sr. Rafael Branco, para um ponto de ordem.

O Sr. **Rafael Branco** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, tenho estado desde ontem aqui muito impaciente, peço desculpa por não poder me conter. Eu queria perguntar qual é a relevância desta questão perante um OGE. Queremos saber porque é que um deputado veio. Isso é relevante?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Levy.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, intervenho para dizer que concordo de facto com o Sr. Deputado Rafael Branco, mas foi dito aqui que estamos em questões preliminares e não estamos a avançar para o Orçamento. Depois, o Sr. Deputado, quando tomou a palavra, disse que é muito cumpridor do Regimento, por isso é que fiz essa intervenção, porque o Sr. Presidente disse que em regra tem que ir para a 1.^a Comissão e não foi. O que eu estou a dizer é que, cumprindo o Regimento, o senhor nem devia estar aqui sentado. É isso que eu estou a dizer, cumprindo o Regimento!

Murmúrios.

Porque tem que ir para a 1.^a Comissão, quer deputado do ADI, quer do MLSTP, quer do PCD. Nós não estamos a cumprir o Regimento. É isso que eu estou a dizer!

O Sr. **Presidente**: — Dou a palavra ao Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional**: — Sr. Presidente, Srs. Deputado, mais uma vez quero dizer que este documento foi trabalhado e discutido tecnicamente e optamos por esse princípio de apresentação do Orçamento, com a fixação de despesas, não amortizações como despesas, sim como outras operações, mas não incluí-las nas despesas, baseado num procedimento que é universal. É isso que eu estou a dizer.

O Sr. Deputado perguntou-se se se vai pagar ou não as amortizações. Vai-se pagar sim, mas como operação especial e não como despesa. Operação especial não é despesa. Amortização não é despesa e o que eu quero dizer é que aqui diz: «Fixação de despesas». As despesas são fixadas em X, agora amortização. É uma operação especial fixada em outro montante. É isso que está no documento.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder das Neves, para uma intervenção.

O Sr. **Hélder das Neves** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, eu gostaria de saber se ainda estamos na fase preliminar.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado pode fazer a sua intervenção.

O Sr. **Hélder das Neves** (MLSTP/PSD): — Mas se estamos na fase preliminar eu prefiro adiar a minha intervenção.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Alcino Pinto, para uma intervenção.

O Sr. **Alcino Pinto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, a minha intervenção é curta, porque eu acho que o momento de discussão das GOP e do OGE é dos momentos mais nobres desta Casa. Aliás, temos dois períodos importantes e este é um deles.

Sr. Presidente, dou conta que estamos numa situação difícil e acho que é preciso serenar os ânimos para podermos reflectir e decidir correctamente à volta das opções que cada um de nós vai assumir. Face a isso, Sr. Presidente, eu gostaria de propor-lhe que se fizesse uma suspensão de 10 a 15 minutos, para permitir acertos e, eventualmente, negociações. Digo acertos e eventualmente negociações, porque com esse extremar de posições, não vamos a lado nenhum.

Esta é a minha proposta e quero comunicar aos colegas do meu Grupo Parlamentar que pedi autorização ao Líder para apresentar esta proposta.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, há uma proposta para suspensão dos debates, para acertos ou possíveis negociações.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rafael Branco, para uma intervenção.

O Sr. **Rafael Branco** (MLSTP/PSD): — Sras. e Srs. Deputados, há bocado revelei alguma impaciência sobre o curso do nosso trabalho e ela advém do facto de que eu, enquanto Deputado, sempre que falo tenho que ter a consciência de que fui um responsável público, Chefe do Governo, que sou um político que esteve no activo algum tempo, não tanto como se supõe, mas enquanto a minha mente estiver a funcionar, penso que como cidadão posso dar as contribuições que tenho dado, na forma que achar mais conveniente, mas sou sobretudo um santomense que, felizmente, teve idade para lutar pela independência e também para participar na luta pela democratização do nosso país. Isso é um privilégio que só a idade me deu e alguns não terão tido essa oportunidade de dar essas contribuições.

De facto, quando recebi a proposta das GOP e do OGE debrucei-me sobre elas, trabalhei e, apesar de outras tarefas, antes mesmo de sair do País, tinha uma intervenção preparada, porque pensava e penso que o OGE e as GOP são momentos importantes na vida de um país. São documentos que, pelo menos, num período de 12 meses vão marcar o ritmo e o comportamento dos autores sociais e políticos.

Devo dizer que estou habituado a isso que se passa nesta Assembleia, nas diversas situações, mas tinha a vaga esperança de que o momento particularmente difícil que o mundo e o País atravessam tivesse alguma influência sobre o nosso comportamento e que nos levasse a um pouco de humildade. Como se verá na minha intervenção, que foi preparada muito antes disto, a questão da humildade democrática é um tema que eu abordo com alguma profundidade, porque eu acho que a Assembleia é um colectivo. Digo isso sinceramente, porque já tive as minhas discordâncias acesas com o Sr. Deputado Sebastião, mas acho que ele deu uma importante contribuição para esta discussão. No meu ponto de vista, ele teve a oportunidade

de avançar algumas saídas possíveis e penso que nós todos sairíamos a ganhar se houvesse algum espaço para um compromisso, porque não está aqui nada de essencial. O que é essencial é o conteúdo do Orçamento.

Como o Sr. Presidente da Assembleia nos explicou e como se viu houve uma série de falhas ao longo desse processo. Agora, num Estado de direito democrático, o formalismo é importante e é por isso que eu concordo com o que o Sr. Deputado disse, mas também estamos aqui num contexto de política e na política tem-se sempre de procurar compromissos.

O Sr. Presidente já tinha deixado uma pista sobre isso há quase 1 hora, mas cada um de nós continua na sua posição, se calhar, querendo mostrar que ceder é uma fraqueza. Por experiência de vida, acho que ceder, algumas vezes, não é fraqueza, é sinal de fortaleza.

Há coisas que podem ser resolvidas formalmente, não sendo culpa do Governo, mas da Assembleia, porque queremos avançar; há outras que têm a ver com números que, não sendo nada de essencial, podem ser corrigidos e há outras que têm espaço em sede da 2.^a Comissão Especializada.

Portanto, esta é uma nota fora da minha intervenção e eu fico com dúvida se devo fazê-la agora, e acho que vou mesmo fazer. Não obstante não saber se estamos no período preliminar, certamente eu vou tratar de questões que a meu ver parecem de fundo, porque o Governo, no documento que nos apresentou, fez uma contextualização do panorama económico internacional. Acho que os dados eram de Outubro. Hoje, essas perspectivas são ainda mais negativas. São muito mais negativas.

A perspectiva de crescimento até o mês de Setembro foi revista em baixa e isso tem consequências para São Tomé e Príncipe.

Acho que a discussão deste Orçamento é importante, é um documento importante para o nosso país, mas devo dizer, com toda a frontalidade, que os problemas fundamentais de São Tomé e Príncipe não se resolvem só com estes documentos. Sejam 116 mil, sejam 150 milhões, sejam 200 milhões, os problemas que temos não serão resolvidos com este Orçamento. Isso não quer dizer que não discutamos de maneira séria e profunda, porque ele é uma parte dessa solução.

Pela minha experiência, acho que muitas vezes não conseguimos resolver os problemas, porque não lidamos com as suas verdadeiras causas.

Muitas vezes, nos nossos debates, quando estamos a discutir o futuro, defendemos com o passado, mas o que nos deve preocupar é o futuro deste país, não o passado. O passado é importante como referência, porque, no mínimo, não queremos repetir os erros que os outros cometeram, mas o que importa mesmo é o futuro.

No nosso país, quando há uma crise, um problema, voltamos para o Governo, eu que o diga, e pedimos uma solução. Se o Governo não der a solução satisfatória, tentamos e na maior parte das vezes substituímos os governos.

Foi assim na I República, tem sido assim na II República, com custos cada dia mais elevados, mas quase sempre com os mesmos resultados.

A pobreza continua e não há futuro no horizonte.

Há um deputado que se referiu a mudanças do Governo, que deve ser por votos, mas já aconteceu neste país governos serem mudados sem ser por votos. É uma realidade e ir ao passado não nos ensina muito, porque já houve casos desses em que todos nós, de maneiras diferentes, fomos envolvidos. Olhemos para o futuro!

Quando procuramos respostas para os nossos problemas, há uma exigência e temos que o fazer no quadro do Estado de direito democrático e uma característica desse Estado é a garantia de direitos e liberdades fundamentais, entre as quais a liberdade de expressão e o direito ao contraditório, no nosso caso e na maior parte dos casos, consubstanciado, entre outras formas, pelo direito dos partidos da oposição e outras forças societárias de livremente, com responsabilidade, dar o seu contributo na discussão dos problemas que afectam a sociedade.

Quero referir-me aqui à situação da nossa comunicação social e quero dizer que devemos fazer uma distinção, porque muitas vezes responsabilizamos a Televisão por estar como está. Eu pessoalmente acho que há coisas boas que acontecem na Televisão. O que está mal é o sector de Informação da Televisão, que dá uma perspectiva, a meu ver, da realidade do País que é muito conforme aos desejos do Governo, não abrindo espaço a outras forças, quer políticas quer outras forças societárias. Isso já foi motivo de debate aqui, não quero perder muito tempo com isso, mas quero dizer que é importante e é perigoso quando, numa democracia, a liberdade ou o controlo da comunicação social é levado ao extremo que eu penso que está a ir. Falo à vontade e muito à vontade, porque eu tenho o meu recorde. Tenho coisas boas e más, mas no que diz respeito à comunicação social, enquanto fui responsável, não há um jornalista que possa dizer que alguma vez o primeiro-ministro ou um ministro deu alguma orientação sobre como fazer, quem ouvir ou a quem dar acesso. Estou à vontade nisso. Nem quero que nos cinjamos só ao caso de São Tomé e Príncipe, porque fica tudo muito pessoalizado, mas a verdade é que se olharmos só para este nosso continente africano, há muitos exemplos, alguns muito recentes, de que quando as forças da sociedade não podem exprimir, as soluções chegam e chegam às vezes de maneira trágica.

O que me preocupa é que a manipulação da comunicação social possa levar a situações extremas.

Devo dizer que, enquanto preparava esta intervenção, dei conta, olhando para os casos africanos e o nosso, de alguém que disse o seguinte: «Se quisesse imaginar com que traços novos o despotismo poderia produzir-se no mundo, viria uma multidão incontável de homens semelhantes e iguais, que se movem sem cessar para alcançar pequenos e vulgares prazeres de que enchem a própria alma. Cada uma delas separada dos outros e como um estranho ao destino de todos eles. Seus filhos e amigos particulares formam para ele toda a espécie humana. Quanto ao restante dos seus concidadãos está ao lado deles, mas não os vê, toca-os, mas não os sente. Só existem em si mesmo e para si mesmo e se ainda lhe resta uma família, pode dizer-se que não tem pátria.

Acima desse homem ergue-se um poder imenso e titular que se encarrega sozinho de assegurar-lhe os prazeres e desvelar-lhe a sorte. Este poder é absoluta, minucioso, regular, previdente e suave. Assemelha-se ao poder paterno como elo que teria como objectivo preparar os homens para a idade viril, mas ao contrário, tem prazeres que os cidadãos se regozijam desde que não pensem em outra coisa.

Após ter assim tomado em suas mãos poderosas cada indivíduo e após ter-lhes dado a forma que bem quer, o soberano estende os braços sobre toda a sociedade, cobre-lhe a superfície com uma rede de pequenas regras complicadas, minuciosas e uniforme, através das quais os espíritos mais originais e as almas mais rigorosas não conseguiriam aparecer para sobressair em massa. Não dobra vontades, amolece-as, inclina-as e as dirige. Raramente as faz agir, mas opõe-se frequentemente acções; não destrói, impede o nascimento; não tiraniza, atrapalha, comprime, enerva, arrefece, embola.

Reduz assim cada nação a nada mais ser que uma manada de animais tímidos e industriais, cujo pastor é o governo. Estamos longe disso, mas tudo tem um nascimento e tudo pode crescer de maneira que não prevemos.

É minha convicção profunda, e esta é a parte principal que gostaria de partilhar com os Srs. Deputados, que enquanto não procedermos a uma séria e profunda reforma do nosso Estado, isto é, à estrutura da organização de poder público em São Tomé e Príncipe, para adequar este Estado às nossas realidades e domínio, através de um processo endógeno, autêntico, abrangente e inclusivo, não venceremos as dificuldades presentes. Trata-se de um facto comprovado em todo mundo que à medida que o ambiente económico exige alterações do modo de agir estatal, modificam-se os textos constitucionais ou aparatos legais com novos institutos, novos direitos, novas estruturas administrativas e novos modos de intervenção. A nossa passividade nesta matéria, que dura há décadas e não é de agora, preocupa-me, porque eu senti e sinto que se não procedermos a essa reforma não avançaremos. E o que eu sinto é que o Governo não tem mostrado unidade suficiente para se abrir a outras instituições da República, isto é, a outros órgãos de soberania, à sociedade e aos partidos políticos, em busca de caminhos de entendimento que tornem viável uma alternativa consistente e pragmática para conquistarmos o futuro.

Eu acho que muitas vezes o Governo age sozinho, na falsa pretensão de que sabe tudo, controla tudo e pode tudo.

Acho que muitas vezes o Governo age num horizonte que é delimitado pelas circunstâncias da sua manutenção e continuação da actividade governativa.

Tudo isso era difícil ser aceitável em circunstâncias normais, mas torna-se muito difícil aceitar no actual contexto em que vivemos.

Atitude normal num país como nosso nessas circunstâncias, quanto a mim, seria de humildade democrática, isto é, reconhecer que tem responsabilidades concretas das quais não se pode demitir, em nome de um diálogo vazio e inconsequente, mas que é obrigação do Governo criar um ambiente onde se instaure confiança suficiente para que os autores políticos e sociais se empenhem de maneira serena e determinada na busca de soluções para o nosso país.

Eu não tenho visto sinais concretos dessa humildade democrática, para confessar. Tenho visto e apercebido, pelo menos por aquilo que se passa na televisão, que se tenta de uma certa maneira rescrever a história deste país, assumindo protagonismos e reclamando para si méritos que não são só deste Governo. O Governo tem méritos, mas não são todos. Quem chega ao País de repente fica com a impressão de que tudo começou com a chegada do ADI ao Governo e sabemos todos que não é assim. Houve antes coisas erradas que permitem hoje ao Governo não seguir os mesmos caminhos do passado; houve coisas boas que precisam ser continuadas, aprofundadas e melhoradas e há certamente coisas para fazer que precisa da contribuição de todos nós.

Incidindo sobre as GOP, eu confesso que não pude descortinar uma pista de verdadeiras intenções sobre o futuro, não deste 2012, mas esse futuro constrói-se cada ano. Uma das coisas que não está presente tem a ver precisamente com a reforma do nosso Estado. Podemos ter as melhores intenções que tivermos, mas precisamos de um Estado forte e eficaz.

Como o próprio Sr. Primeiro-Ministro reconheceu, aqui na Assembleia, vimos muitas vezes, apesar das nossas intenções, que muitas coisas não se fazem no momento e como se quer não por falta de vontade, não porque o governo quer. Eu sou daqueles que não acreditam que um governo, de maneira deliberada, queira prejudicar um país. Um governo santomense? Não acredito, mas a verdade é que muitas vezes não temos ou capacidade ou condições e os contextos não são favoráveis.

Só quero apresentar alguns exemplos sobre essa questão da necessidade de reformarmos muita coisa no nosso país. O Governo diz-se reformista, quero acreditar que sim, mas o que eu quero sublinhar é que

sozinho não vai conseguir. Pela amplitude dessas reformas, o Governo sozinho não vai conseguir. Precisa do concurso de todos nós, dos partidos políticos, e não tenhamos dúvida, porque isso é incontornável.

Há 1 semana foi público e muita gente falou, porque um cidadão nosso cometeu um acto condenável em relação a alguém que fez um pequeno roubo e quando se instaurou o debate concentramos tudo na condenação do tal cidadão, esquecendo o problema principal, a causa.

Meus senhores, hoje o pequeno roubo é um flagelo económico, social e moral. Ouvi dizer-se: «Ah! O grande rouba, então, deixem o pequeno roubar». O roubo do grande e o roubo do pequeno são condenáveis e não podem ser permitidos.

Já pensamos no que significa para um pequeno agricultor que andou 3, 4, 5, 6 meses a investir o trabalho a sua própria economia, para ter algumas pinhas de bananas e que de repente alguém que não trabalha chega e acaba com o esforço desse indivíduo! Ou alguém que tem uma pequena loja e investiu tudo para comprar. Pensamos num, mas multiplique-se por 1000, 2000 ou 3000. O custo que isso tem, económica e moralmente para um indivíduo.

Outro exemplo é a reforma da justiça. Todos reconhecemos, e está na moda, a importância e a urgência de reformar o *modus operandi* do nosso sistema. No entanto, a meu ver, o debate necessário e a acção que se reclama de nós está envolto em tentativas mal intencionadas e comportamentos manipulativos que têm como principal objectivo submeter ao aparelho judiciário a vontade de interesses de momento. Nunca faremos uma verdadeira reforma da justiça se persistirmos no caminho actual. A reforma da justiça tem que se fazer com quem lá trabalha, exigindo o máximo deles, com reformas, com apoios, porque no momento devido os bons saberão expurgar os maus do sistema.

Precisamos eliminar alguns mal entendidos, porque se eu disser que uma das soluções é obter apoio estrangeiro, as pessoas dirão que trazer estrangeiros para fazer justiça em São Tomé e Príncipe é contra a nossa soberania e quer-se acabar com o debate, mas nos esquecemos que o Fundo Monetário Internacional intervém no nosso orçamento e numa série de organizações, quer na Educação, quer na Saúde. Muitas vezes dizem-nos o que temos que fazer e não reclamamos a soberania para afastar os estrangeiros. Os estrangeiros podem dar uma contribuição, se serenamente desenharmos juntos com os operadores da justiça qual é o papel que esses estrangeiros devem ter na nossa justiça.

Mais grave que isso é que hoje, perante a crise, e tem a ver com a organização do nosso aparelho judiciário, muitos países estão a propor a eliminação do tribunal constitucional, para criar uma secção constitucional no supremo tribunal. Países ricos estão a fazer isso. Nós que temos essa solução agora já temos na Constituição a criação de um tribunal constitucional, quando não temos quadros e temos dificuldades financeiras para manter o sistema como ele está.

O ponto que eu quero fazer aqui, Sras. e Srs. Deputados, é que temos de pensar que Estado e que meios temos para atender a necessidades crescentes de subsídios de toda ordem, coisas que são legais, mas para os quais não temos condições de satisfazer. Isso ainda vai-se agravar, porque já começa a haver algumas reformas verdadeiramente grandiosas. As pessoas saem do sistema com viaturas e já tiveram casas, dezenas de milhões de dobras, estando na reforma e não estando a produzir. Há muita gente que a idade é imensurável e há muita gente que vai saindo nos próximos anos. Pergunto, temos condições para sustentar isso?

Outro exemplo a que o Sr. Primeiro-Ministro se referiu é que temos um ensino de baixa qualidade, salas superlotadas, professores mal pagos, alunos sem materiais, etc., etc. e gastamos, agora não sei qual é a cifra, acima de 3 milhões de dólares com bolsas de estudo no exterior, para formar gestores, gentes de direito, gente de não sei o quê. A última vez que eu vi a lista não havia agrónomos, veterinários e outras coisas que temos necessidade hoje, enquanto estamos a formar outras pessoas, ou que estão no subdesemprego, ou que ficam na diáspora, ou que estão em empregos para os quais verdadeiramente não podem produzir. Este é um mal deste Governo? Poderá este Governo sozinho resolver isso? Não pode!

A prática é que quando é o governo A que está a governar, sempre que um estudante reclama nós todos os outros que estamos na oposição nos pomos do lado do estudante. Depois as coisas mudam, quando vamos para o governo, são os outros que dizem. Então, é necessário, por exemplo nesta matéria, que sejamos muito claros. Temos pessoas a serem formadas, professores são-tomenses, que não damos bolsa. Acho que precisávamos de dá-los bolsa, porque é um investimento seguro.

Portanto, o que é que eu quis com esse exemplo dizer? Que nalguns casos, principalmente no de roubo, estamos perante uma situação ilegal e imoral, mas noutros casos estamos legais. As pessoas têm direito a reformas, mas perante a situação que o País vive, eu acho que é um pouco imoral, quando temos funcionários que fizeram uma carreira na Administração Pública e são reformados com Dbs. 1 milhão ou 1, 5 milhão e outros que recebem dezenas de milhões.

Também já foi aqui referido, e nisso o ADI tinha mérito, criticava muito a acumulação de funções por algumas individualidades, quando estive na oposição. Voltamos a assistir um pouco disso, as pessoas a acumularem várias funções, para além de pessoas que estão num cargo em anos indefinidos, com desempenhos que não justificam a sua continuação, mas estão lá. Não estou a dizer que a culpa é do Governo, é do sistema que temos, que precisa ser modificado.

Eu dizia que a discussão deste OGE é um exercício necessário, mas temos que ter a consciência de que os problemas de São Tomé e Príncipe exigem muito mais de nós. Exigem um espírito de mudança, que vai

para além de um slogan de campanha, exigem mudanças difíceis, sendo a mudança do nosso comportamento a primeira delas; exigem rupturas com práticas que até podem ser legais, mas são lesivos do interesse colectivo; exigem coragem para reconhecer que cada um de nós, num momento ou noutro cometeu erros, alguns deles graves, embora as intenções possam ter sido as melhores; exigem respeito e credibilidade da classe política que se desautoriza constantemente com acusações gratuitas, infundadas, maliciosas, como propósito de ofender e humilhar o outro.

Sr. Presidente, os desafios que o nosso país enfrenta exige muita confiança entre os autores políticos e sociais baseados na seriedade e na transparência do propósito.

É verdade que os precedentes que a nossa história regista não são uma boa referência, mas não podem servir de desculpa para não voltarmos a tentar mais uma vez. A gravidade do problema tende a nos levar a estar disponíveis para a necessária e urgente concertação, abandonando malabarismos e cálculos de ganho a curto prazo.

Se todos, no entanto, estamos comprometidos, não significa que temos responsabilidades iguais. A responsabilidade primeira cabe aos responsáveis dos órgãos dirigentes do Estado. O Presidente da República, o Chefe do Governo e os outros responsáveis ao nível do Estado têm o dever de iniciativa, têm a obrigação de convocar as forças políticas e sociais para esse processo de reforma do Estado, de inovação nos modos de intervenção do Estado, para a necessária clarificação dos nossos objectivos, enquanto Nação.

Olhei para as GOP, tinha aqui uma observação em relação ao porto de águas profundas. O Sr. Primeiro-Ministro referiu-se a isso, mas eu continuo a achar que como opção deveria estar nas GOP. Conhecemos todas as dificuldades da empresa que tem o contrato, mas devia ser uma opção permanente do nosso Estado. Que não seja o projecto como está, mas precisamos de um cais, de qualquer coisa em águas profundas e eu continuo convencido de que não haverá futuro para São Tomé e Príncipe e as nossas potencialidades nunca serão plenamente realizadas se não tivermos um porto de águas profundas.

Outra questão que me parece importante é que estamos aqui a discutir verbas, porque são poucas, mas muitas vezes temos que nos preocupar com a qualidade das nossas despesas.

Quem andou comigo no governo sabe que eu questionava sempre os recursos que colocávamos na Educação e na Saúde, com os resultados que tínhamos. Era a minha insistência permanente e há estudos que mostram de facto que as despesas públicas nesses dois sectores mostram que elas não são as mais eficazes.

Eu dou um exemplo. Cabo Verde gasta com o seu sistema de saúde 3,4% do seu PIB, todo o sistema. Tem uma mortalidade infantil de 28 crianças em cada 1000. São Tomé e Príncipe gasta quase o dobro, 5 percento e tal do PIB, mas tem uma mortalidade superior, 78 crianças para cada 1000. O que é que esses dados demonstram? Entre outras coisas, que a qualidade das nossas despesas não é boa. Gastamos, se calhar, com o que não devíamos gastar ou gastamos mais para fazer menos. Em todo o caso, mostra uma utilização pouco eficaz dos recursos que são escassos.

Mais uma questão, este Orçamento vem permitir-nos ver algumas coisas que foram feitas e como ninguém reclama posso dizer que o nosso Governo assumiu uma parte dessas, que é a reforma dos sectores de Impostos e das Alfândegas. Isso tem dado resultados positivos, o aumento das receitas está aqui a mostrar, mas a minha pergunta é: já medimos os impactos desses impostos sobre o rendimento disponível dos cidadãos? Quando se fala que as pessoas estão a consumir pouco, o negócio e a economia está apática e não há poder de compra, não será que se conjugarmos o baixo investimento público por falta de recursos, a inflação que até grande parte do ano esteve a aumentar, mais aquilo que se retira do IRS, o rendimento das pessoas fica confinado a níveis de sobrevivência? E não será que, respeitando o nível de receitas que precisamos, poderemos mexer nos diversos escalões do IRS para lidar com essa questão de rendimentos disponíveis para determinadas categorias?

Só levantei a questão agora e na especialidade eu estarei disponível para contribuir, para vermos como é que podemos encontrar alternativas. O Ministério das Finanças tem os dados e podemos jogar com o universo de cada coisa e ver como é que poderemos lidar com isso.

Outra questão que está na preocupação do Governo e que merece alguma atenção nos documentos prende-se com o apoio a pequenas e micros empresas. Eu vi aqui várias referências a isso, mas o meu problema é que não consegui entender bem e a minha dificuldade é que os recursos estão espalhados por vários ministérios: Juventude, empreendedorismo juvenil; está, parece-me, nas Finanças e na Economia.

A minha questão é que na situação económica em que vivemos, esses recursos todos, em vez de estarem dispersos, deviam ser um instrumento de política económica, isto é, está preferencialmente no Ministério da Economia, que lida com os sectores reais da economia e que poderia desenhar um enquadramento muito mais conforme e muito mais sustentável ao longo prazo. Como digo, no Orçamento, não me pude aperceber se a abordagem garante essa unicidade e critérios mais ou menos uniformes, para que esse sector sim, em tempos de crise, possa representar uma contribuição não só no aumento de riqueza, mas para gerar mais emprego.

Como disse, o que mais me preocupa neste Orçamento, e que é fundamental para mim, é a ausência de um rumo de médio e longo prazo. Não consigo detectar aqui opções que permitam o alinhamento de diversas políticas públicas para se alcançar objectivos mais claros. Eu tenho uma fixação e a nossa

actuação no governo esteve virada para projectos da EMOLVE, Cabo Submarino e outros que realizámos, que tinham como objectivo a transformação de São Tomé e Príncipe numa plataforma de turismo, negócio, etc. Esta continua a ser a minha convicção. Respeito outras, mas a minha convicção tem muito fundamento na história, porque aqueles que conhecem a história de São Tomé e Príncipe dos séculos XVI, XVII e XVIII até princípios do século XIX sabem que fomos sobretudo um entreposto, não só de escravos. Fomos entreposto de escravos na primeira fase, nos séculos XVI e XVII, mas depois fomos confeitarias, o Príncipe e aqui, e situamo-nos numa rota tão importante que justificou muitas vezes ataques de holandeses, ingleses piratas que vinham atacar as nossas ilhas. Só uma nota à parte: esses ataques eram possíveis e tomavam as ilhas, porque aqui dentro havia muita conflituosidade, muita divisão e isso facilita muitas coisas. Daí que esse exemplo histórico é para, por um lado, se projectarmos ir ao passado para projectar o futuro, por outro lado, também temos que saber lidar com a nossa conflituosidade, porque ela prejudica o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe. E sobre isso, uma referência à nossa política externa. É notório o aumento da actividade de pirataria na costa ocidental do Golfo da Guiné. Isto é um perigo para São Tomé e Príncipe, em termos de qualquer projecto que tenhamos no futuro. Daí que eu recomendaria que, no quadro da nossa política externa e talvez no contexto da Comissão do Golfo da Guiné, esta questão fosse colocada como uma alta prioridade.

Para terminar, Sr. Presidente, peço desculpas a todos os Srs. Deputados do meu Grupo Parlamentar, porque falei muito em termos pessoais, da minha experiência múltipla, espero não ter contrariado nenhuma linha do partido, mas sinto-me também, como cidadão, obrigado a dar a minha contribuição da melhor maneira que sei.

Queria fazer um apelo ao Governo, como eu disse e repito, revejo-me nas posições do Sr. Deputado Sebastião Santos, mas acho que ninguém perde nada se chegarmos a um compromisso que nos permita sair desta fase preliminar, que parece não ter fim.

O Sr. **Presidente**: — Ainda temos alguns inscritos e há uma manifestação de todos os inscritos de quererem falar antes de vermos a proposta do Sr. Deputado Alcino Pinto.

O Sr. Rafael Branco terminou a sua intervenção, dou agora a palavra ao Sr. Deputado Alcino Pinto.

O Sr. **Alcino Pinto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, permita-me, pela primeira vez, fazer uma chamada de atenção para o cumprimento do Regimento. Eu fiz uma proposta e essa proposta não pode ser rejeitada por si. Penso que a deve pôr à consideração do Plenário.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, a proposta não foi rejeitada por mim. Eu quis pô-la à discussão, mas há uns inscritos que querem falar antes de se discutir a proposta.

Vamos ver o saldo do tempo. O Governo tem 65 minutos, o ADI tem 57 minutos, MLSTP/PSD tem 27 minutos, o PCD tem 10 minutos e o Deputado único do MDFM já não tem tempo.

Tem a palavra o Sr. Delfim Neves, para uma intervenção.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, quero corroborar com a proposta feita pelo Sr. Deputado Alcino Pinto e também gostaria de obter algum esclarecimento do Governo para nos posicionarmos, mas antes de colocar a questão ao Governo, quero fazer uma nota de cabeçalho, que se chama nota prévia. Felizmente ainda tenho alguma noção das coisas. Tenho um problema de visão ocular, mas vejo bem e tenho bons ouvidos para ouvir e perceber que algumas pessoas não conseguem disfarçar a sua obsessão quase exacerbada, até a miopia, de atacar Delfim Neves, mesmo quando ele fica calado. Quero dizer a essas pessoas que não temo a sua vontade, nem por indicação ou nomeação de outrem, porque se trata de um ciúme que já tive a oportunidade de assistir, cujos seus protagonistas fracassaram a meio do caminho. Por isso, não vou responder a algumas provocações indirectas. Quem tiver dúvidas sobre os dossiers que eu enquanto Ministro decidi, existe o Ministério das Obras Públicas e o respectivo Ministro está cá, façam-lhe perguntas directamente e ele poderá dizer se houve falcatrua, se houve processos ilegais ou não, se houve eventualmente algum desvio. Ele está à vontade para o dizer, sob pena de essas pessoas estarem a insinuar e até mesmo faltar com a verdade, para não dizer que estão a mentir.

O Sr. Deputado que se referiu ao Tribunal de Contas, eu li o relatório do Tribunal de Contas e não vi em nenhuma passagem, dizendo que houve desvio. Se o senhor quer dizer isso, assumo como tal, Sr. Deputado Idalécio Quaresma. Aliás, eu recebi o relatório preliminar e tive o direito de controvérsia e com base nesse direito é que foi feito o relatório final. Se tem alguma passagem que acusa o Delfim Neves neste relatório sobre o desvio de fundos ou se o senhor desconfia que a obra da lota não merecia o custo que teve, quando foi feito o concurso, o Sr. Ministro está cá. Quero que o pergunte.

Quando se faz um concurso público é para haver transparência, é exactamente para consultar o mercado sobre qual é o valor real de um determinado produto e de uma determinada obra.

Eu não temo isso e volto a repetir, todos os que tentaram conheceram bons destinos.

Vozes do ADI: — Morreram?

Risos gerais.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — E mais, eu só quero desejar muita sorte a todos os Srs. Deputados e aos Membros do Governo, porque hoje estão no Governo e amanhã estarão do outro lado. O senhor entenda como quiser, os deputados também! O que peço também a vocês é que não tenham a má sorte de um dia entrar num determinado projecto com boa-fé, para ajudar, e que mais tarde escrevam na vossa testa que são os maiores culpados disso tudo, tudo por serem políticos.

Se dermos uma volta mesmo aqui dentro, encontraremos outras pessoas que também são sócios dessas empresas, mas quando se fala dessa determinada empresa viram-se logo para me verem, como se eu tivesse escrito na testa «STP-Trading».

Risos gerais.

E eu quero que os senhores ouçam bem o que foi dito aqui em termos de valores. Eu registei e não ouvi cá falar em 5 milhões de dólares. Que eu saiba, não ouvi o Governo falar no montante de 5 milhões. Quer dizer, nós estamos aqui a adulterar os números. É preciso dizer que o próprio Estado santomense deve mais de 50% desse montante. É preciso fazer também os cálculos, porque uma parte do produto foi fornecida ao Estado. É que temos que esclarecer determinadas coisas.

Eu não queria entrar por este caminho, mas quero dizer-vos que estou disponível, num outro quadro, — não vou estar disponível para qualquer tipo de debate ao nível que algumas pessoas estão a pensar — para dar resposta às questões que sejam a mim dirigidas com conteúdo, clareza, firmeza também, sem ironia, porque quando se tratar de perguntas com ironia, digo o que o outro dizia: «para questões e perguntas idiotas, tolerância zero».

Sr. Ministro, compreende que não vou discutir consigo sobre a universalidade de elaboração do Orçamento. O senhor aqui nos mostrou o livro indicador, que eu não conheço nem tenho que conhecer, para elaborar o seu orçamento, mas há-de convir comigo que embora haver essa universalidade na elaboração do orçamento, cada país tem a sua lei para elaborar o seu orçamento. Daí que eu lhe pergunto: diz que as operações especiais não são consideradas despesas e garantiu que irá pagar as amortizações com essas operações, com que verba, de onde é que vem e com autorização de quem? Porque a Assembleia tem que autorizar o senhor a pagar as despesas.

Eu passei uma vista de olhos na nossa legislação e o artigo 15.º da Lei do SAFE diz o seguinte: «Constitui despesas públicas todo o dispêndio de recursos monetários ou em espécie, seja qual for a sua proveniência ou natureza, gastos pelo Estado, com ressalva daquelas em que o beneficiário se encontra obrigado à reposição dos mesmos.» Isso não tem nada a ver com a amortização.

No ponto 2: «Nenhuma despesa pode ser assumida, ordenada ou realizada sem que, sendo legal, se encontre inscrita devidamente no Orçamento Geral do Estado aprovado, ...».

Daí, para nós sairmos desta e decidir sobre a proposta do Sr. Deputado Alcino Pinto, gostaríamos que o Sr. Ministro também nos esclarecesse que lei da República diz que as operações especiais não são despesas e que o senhor pode pagar com um fundo vindo de um lado qualquer e não do Orçamento. A partir daí a gente chega a um consenso e ponto final. Se não houver leis que lhe dêem poderes para tal, então estamos perante uma situação de ilegalidade.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Maria das Neves, para uma intervenção.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, gostaria de saudar o Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco, Sras. e Srs. Deputados.

Depois de acompanhar atentamente este debate, decidi dar a minha contribuição, embora não vinha com intenção para o fazer.

Sr. Ministro das Finanças, conheço-o bem e, aliás, o senhor disse aqui que já elaborou vários orçamentos e no governo em que fiz parte o senhor também elaborou o orçamento que foi submetido a esta Casa Parlamentar e todos têm tido acolhimento nesta Casa. Acredito que agora como Ministro certamente não tem essa tarefa de elaborar o orçamento. Atribuiu ou delegou a responsabilidade aos técnicos e não há dúvida de que há, de facto, alguns problemas.

O Sr. Ministro falou de algumas regras básicas de contabilidade e sabe também que há um princípio básico em que as receitas devem ser iguais às despesas, as receitas totais devem ser iguais às despesas totais e é isso que tem norteado todos os orçamentos que têm aparecido aqui nesta Casa Parlamentar.

Gostaria que o Sr. Ministro e caros colegas me acompanhassem na página 41, o quadro da TOFE. O Sr. Ministro apresenta aqui receitas totais, incluindo financiamento para 2012 que está na ordem de Dbs. 2 859 801 000 000 00 (dois biliões, oitocentos e cinquenta e nove mil milhões, oitocentos e um milhões de dobras) e apresenta como despesas totais Dbs. 2 837 480 000 00 (dois biliões, oitocentos e trinta e sete mil milhões, quatrocentos e oitenta milhões de dobras), ou seja, os dados relativos às receitas totais não conferem com os das despesas totais.

A questão mais grave é que o Governo apresenta na proposta de lei orçamental outra cifra que não tem nada a ver com isso. Aparece aqui como receitas totais Dbs. 2 716 856 000 00 (dois biliões setecentos e dezasseis mil milhões, oitocentos e cinquenta e seis milhões de dobrás) que não conferem nem com as despesas totais que está na TOFE, nem com as despesas totais que o Governo apresenta. A única coisa que aparece aqui que está correcto são as receitas correntes, porque o que se vai aprovar é a proposta de lei orçamental. Ao aprovar este documento, é necessário que o mesmo esteja de facto de acordo com o quadro orçamental que tem as despesas discriminadas e sobre o qual o Governo vai basear-se para executar o seu Orçamento.

Se o Sr. Ministro reparar, no OGE de 2011 isto não acontece e está correcto, mas no OGE para 2012 acho que houve algum problema nesta matéria.

Se nos recorrermos ainda ao Orçamento, página 5, há um conceito que é utilizado que é o de «Residência», em que diz: «O território económico nacional entende-se a todas as instituições governamentais residentes no território nacional, sendo que as embaixadas e consulados são unidades residentes, uma vez que pelo acordo formal estão sujeitas a leis nacionais e não do país em que elas se encontram.

Neste sentido, os recursos transferidos para esses organismos não são considerados de transferência para o exterior».

Isto entra em contradição com o Decreto-lei n.º 32/99 de 25 de Outubro – Lei Cambial. Esse Decreto, no artigo 4.º, diz, passo a citar: «São consideradas, para efeitos cambiais, como não residentes as embaixadas, consulados e outras representações diplomática acreditadas junto do Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe.» Portanto, estamos a considerar as embaixadas como não residentes, quando a Lei Cambial considera como residente. Gostaria que o Sr. Ministro nos esclarecesse quais dessas leis o Governo tomou em consideração.

Há uma outra questão, Sr. Ministro, em relação ao Programa de Investimento Público, na estrutura de financiamento. O Governo diz que os recursos externos representam 93% e internos 7%. De facto, eu gostava que todos nós Deputados víssemos o que é que isso significa para o País. Do total de investimento, o Governo tem que envidar esforços para arrecadar 93%, ou seja, quase que não estamos a produzir nada. Apenas 7% representa o esforço local. É necessário trabalhar muito para que se possa encontrar formas de inverter esta situação, mas a questão que se coloca aqui, Sr. Ministro, é que na repartição sectorial desses investimentos há uma ligeira contradição entre o que vem plasmado nas GOP e no OGE. Na página 3 do OGE o Governo diz: «...neste sentido, do total das despesas de investimento programadas para 2012, 20% dos recursos serão destinados a *transportes* e Comunicação e 9% a Energia ...» e «... 21% dos recursos serão alocados a Agricultura e Pescas...».

Quando olho para as GOP, na página 44, o Governo diz que vai alocar para Agricultura e Pescas 16,8%...». Portanto, eu gostava de saber qual é afinal a verba o que Governo vai alocar. Se são 21% ou 16,8% do total de investimentos.

Sr. Primeiro-Ministro, o Governo vai realizar uma operação de grande envergadura para São Tomé e Príncipe que é o recenseamento geral da população e habitação. Como todos nós sabemos, São Tomé e Príncipe assumiu o compromisso de, em cada 10 anos, realizar essa operação de grande envergadura, que é o maior inquérito que se pode fazer ao nível de um país. Felizmente, no orçamento de 2011, o Governo contemplou uma verba para a realização, certamente do inquérito piloto que já começou e em 2012, que vai ser o ano de realização do recenseamento geral da população e habitação, olhei para este Orçamento e não vi qualquer dotação orçamental para efeito. Eu gostava de saber se será incluído ou não. Não sendo incluído, como é que o Governo pensa suportar os custos com esta operação?

O Sr. Primeiro-Ministro disse aqui que há infra-estruturas que não foram incluídas no Orçamento, porque são de investimentos privados, mas eu entendi que para algumas infra-estruturas, nomeadamente: Porto de Ana Chave, ampliação do Aeroporto, os parceiros que vão investir nesta matéria entrarão com 80% e o Governo são-tomense cobrirá com 20%. Como é que pensa o Governo cobrir com os tais 20% se também, salvo alguma distração minha, não vi contemplada neste Orçamento qualquer verba alocada para essas infra-estruturas?

Sr. Presidente, o que eu gostava de sugerir é que entrássemos num consenso, na perspectiva de se rever os números juntamente com o Governo, porque este orçamento é um instrumento extremamente importante para o País e não se pode adiar-lo, sobre pena de nós também estarmos a comprometer todas as acções. Mas é necessário que se sente para rever o Orçamento, rever os números e ver como é que se pode ultrapassar esse problema.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas, para uma intervenção.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, várias são as intervenções que aqui foram feitas, sobretudo as últimas, no sentido de que é preciso resolver alguns problemas básicos, para entrarmos na discussão efectiva do OGE na generalidade. Entendo que essas questões são de suposto essencial para discussão do OGE.

Se outras intervenções havidas não ajudaram nesse sentido, eu penso que, pelo que a Sra. Deputada Maria das Neves acaba de dizer relativamente aos valores, é prudente para o bem de nós todos que faça o expedientes no sentido de resolver esses problemas básicos. As despesas e receitas não podem estar desequilibradas, há compromissos que tem que estar orçamentados.

Nós tínhamos colocado algumas questões ontem e tínhamos perguntado com que base legal, eventualmente, se fez o aumento salarial, se foi feito.

Voltando à questão da doca, no relatório de PIP de 2011 não aparece nada escrito. Alguém falou da questão de CPI. Isto não tem nada a ver, porque normalmente eu nem sequer falo das coisas que sinto que não são essenciais. Eu só sei que no OGE isso deve aparecer.

Contudo isso, Sr. Presidente, eu gostaria de retomar a ideia de suspensão por 10 minutos.

Murmúrios.

Se o Sr. Ministro está na disponibilidade de esclarecer, que esclareça. Se não, de facto é um impasse e é triste estarmos a fazer esse espectáculo com algumas intervenções que nada têm a ver com o OGE, algumas muito infelizes.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Ministro quer prestar algum esclarecimento?
Há uma proposta de suspensão do debate.

Murmúrios.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves, para uma intervenção.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, eu peço desculpa por estar a insistir. Colaboro com a proposta feita pelo Sr. Deputado Alcino Pinto, mas não podemos suspender a sessão por suspender. Temos que suspender com a consciência de que quando regressarmos vamos trazer uma proposta concreta.

Eu levantei uma questão clara e precisa sobre a lei ao Governo. Se o Ministro não tem agora a resposta, é normal. Então, vamos suspender, dando tempo suficiente ou voltamos na segunda-feira, para trazermos dados concretos. Não podemos suspender para depois regressarmos aqui sem nada.

Murmúrios.

Eu referi-me a leis, Srs. Deputados, estamos na Casa Parlamentar. Eu fiz questão de ler e pedi ao Sr. Ministro que apresentasse outra lei que diz que operações especiais são despesas e que podem pagar de uma forma qualquer, sem estar inscrito no OGE. Apenas isso! Se o Sr. Ministro provar isso, ultrapassaremos a questão e entraremos logo no processo de votação. Se não for lei, então tem que ser feita a correcção e ponto final.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, sendo assim, eu queria chamar novamente atenção que, segundo o Regimento, esse exercício que estamos a fazer tem um tempo determinado, mínimo de 2 dias e máximo de 5.

O artigo 209.º diz: «O debate na generalidade tem a duração mínima de dois dias e máxima de cinco dias».

Uma voz: — Não dá para hoje.

O Sr. **Presidente**: — Se não dá para hoje, vamos perder o sábado e o domingo e continuamos a contar os cinco dias na segunda-feira. É isso? Os Srs. Deputados é que sabem! Vamos fazer um acordo com o Governo e teremos que voltar na segunda-feira. Podemos acordar em continuar o debate na segunda-feira, para sanar essa situação? Governo está de acordo?

O que é que diz o Grupo Parlamentar da ADI.

É uma decisão que só o Plenário pode tomar.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, há uma proposta. Posso submetê-la à votação?

Tem a palavra o Sr. Deputado Alcino Pinto, o proponente.

O Sr. **Alcino Pinto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, eu continuo a achar pertinente a minha proposta. Eu não havia proposto a suspensão com o intuito de encerrar o debate, mas sim para fazer acertos.

O Sr. Deputado Delfim levantou uma outra questão em relação ao objectivo dessa suspensão. O meu objectivo era que se fizesse acertos e, disse, «... eventualmente negociações».

O Governo tem uma visão sobre a diferença na TOFE, deu uma série de explicações e elas não estão a colher consenso.

Daí a proposta de refazer a tabela, para que elas estejam em consonância com a proposta de lei ou que a proposta de lei vá ao encontro da TOFE.

Se chegarmos a um consenso básico aqui, e eu proponho que esse consenso não seja aqui na plenária, a minha proposta de suspensão é para que haja um acerto entre todos os líderes parlamentares e os Ministros dos Assuntos Parlamentares e das Finanças e Cooperação Internacional. Essa concertação poderia ser feita a esse nível e voltaríamos aqui antes de tomar a decisão de continuidade do debate, porque há defesas de que estamos aqui em preliminares. É preciso termos o entendimento do que é isso.

Portanto, Sr. Presidente, a proposta que eu faço e que considero mais judiciosa neste momento é que suspendamos a reunião para que o Sr. Presidente, numa Conferência de Líderes eventualmente especial, com a presença do Ministro das Finanças e o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, que habitualmente toma parte, faça essa concertação e depois nos comunique a que consenso básico se chegou.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, há uma proposta para suspendermos esta reunião, para acertos entre a Assembleia e o Governo.

Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares e Descentralização** (Arlindo Ramos): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, Caros Colegas: O Governo concorda com a proposta do Sr. Deputado Alcino Pinto, mas em vez de ser 10 minutos deveria ser 20, para concertamos também com a 2.^a Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos interromper os trabalhos.
Declaro suspensa a sessão.

Eram 12 horas e 15 minutos.

Vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 13 horas e 15 minutos.

Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional.

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional**: — Srs. Deputados, o OGE observa, dentre outros, os seguintes princípios e regras: anualidade, unidade e universalidade.

A universalidade diz que «todas as despesas e receitas que não determinem alteração ao património do Estado devem ser obrigatoriamente extintas». Portanto, a amortização, não por definição, não implica alteração do património do Estado. É baseado neste princípio e acompanhado com o documento que temos «Princípio de Estatística de Finanças Públicas» é que nós consideramos amortização não como despesa, mas sim como uma operação.

Eu queria chamar atenção que, nos outros orçamentos, a gente vinha cometendo esse erro, eu reconheço, incluindo amortizações como despesas. Nós tivemos uma discussão técnica com pessoas que conhecem também a matéria e foi muito bem explicado e clarificado que as amortizações não correspondem a despesas.

Quando preparei o Orçamento, contrariamente ao que disseram, que não fui eu quem o preparou, tive o cuidado de pedir que se incluísse essa explicação toda sobre o que é despesa efectiva, na introdução do Orçamento e aqui está muito bem claro.

Assumimos que há um erro na TOFE, não é no anexo da lei, porque no anexo da lei está de acordo com aquilo que está escrito na lei, nas páginas 5 e 6. Já a TOFE está adiante nos anexos. Aqui sim, há a soma da amortização. Porquê? Porque como nos outros anos se incluía a amortização dentro das despesas totais, então os técnicos fizeram a ligação toda. Realmente temos uma outra linha onde está bem claro despesas excluindo amortização, onde tem o valor correspondente ao valor que está na lei e que está muito bem explicado, que são despesas efectivas, excluindo a amortização.

Portanto, o Governo acha que a proposta de lei está muito bem apresentada assim como está e mantém assim a sua posição.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves, para uma intervenção.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, quando o Sr. Deputado Alcino Pinto fez a proposta, eu por acaso havia perguntado suspender para fazer o quê, porque devíamos esgrimir esta questão antes de irmos para a suspensão. O Sr. Deputado fez uma segunda proposta e todos os grupos parlamentares concordaram e fomos para o encontro. Agora, estou embaralhado, entre aspas, porque o que o Sr. Ministro veio explicar não é o que se combinou no encontro, pelo que eu saiba. No encontro, o Sr. Ministro disse que

ia manter a proposta de lei com tecto que tem, mas que iria alterar o quadro da TOFE. Não é isso mesmo que disse? Muito bem. Então, o que dissemos é que gostaríamos de saber se o senhor vai alterar o quadro da TOFE, mantendo o tecto 2.7 e incluir nas despesas o valor das amortizações.

Murmúrios do Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sem amortizações? Não foi esse o meu entendimento.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Idalécio Quaresma, para uma intervenção.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Sr. Presidente, creio que esta iniciativa é da responsabilidade do Governo e cabe ao mesmo assumi-la, como assumiu, no sentido de manter o valor fixado no Orçamento.

Quero salientar que os anexos 1 e 2 correspondem com a proposta de lei, salvo a TOFE que há algumas alterações a fazer, mas o Sr. Ministro comprometeu-se em fazer a alteração na devida altura. É um processo que deve ser feito durante a fase da discussão na especialidade. Portanto, o nosso objectivo, fundamentalmente neste momento, é a aprovação das propostas de lei do OGE e das GOP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas, para uma intervenção.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, eu penso que o exercício que estamos a fazer só será gratificante se todos formos honestos. O que ficou decidido e que ouvido da parte do Sr. Ministro é o compromisso de manter o que está aqui na proposta de lei e fazer as devidas alterações na TOFE. Nós dissemos ao Sr. Ministro que seria bom que ao ser feito isso recebêssemos o documento antes de vir ao Plenário. Quer dizer, receberíamos a proposta mais o quadro da TOFE com a devida adaptação e adequação.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, há mais intervenções.

A posição do Governo é que a TOFE pode ser trabalhada posteriormente na análise na especialidade. Tem a palavra o Sr. José Diogo, para uma intervenção.

O Sr. **José Diogo** (ADI) — Sr. Presidente, eu queria fazer as seguintes considerações. Olhando para o documento que devemos aprovar em termos orçamentais, vejo na página 6 explicações sobre o Orçamento e depois temos os dois anexos fundamentais para podermos apreciar o Orçamento que o Governo está a submeter a esta Assembleia para aprovação. Eu acho que a TOFE não é tão fundamental assim, como todos os restantes documentos.

Murmúrios.

Meus senhores, para aprovar o Orçamento esses documentos são essenciais? A TOFE, pelo que sei é preciso para a discussão na especialidade. Nunca fizemos finca-pé nesta Assembleia, pelo que me lembro, que a TOF fosse tão basilar para a aprovação do Orçamento.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas, para uma intervenção.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, acho que temos que ser razoáveis. A TOFE ser objecto de tratamento na especialidade? Não me lembro. Pelo que me lembro, o que é feito na especialidade são algumas realocações e não é disso que estamos a falar. É correcto e conveniente, e assim manda também o Regimento, que essa aprovação do OGE na generalidade seja feita com o anexo compatível com a proposta de lei que é apresentada pelo Governo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Alcino Pinto, para uma intervenção.

O Sr. **Alcino Pinto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, eu só tenho a lamentar o seguinte: o Governo tem as suas posições, devemos respeitá-las, os demais grupos parlamentares têm as suas posições, devemos respeitá-las, a forma de expressar o nosso consentimento ou não, mas eu lamento o facto de o Sr. Ministro das Finanças não ter esgotado todas as demarches junto ao Governo, durante o intervalo, e não nos ter anunciado de uma forma firme a posição do Governo. Eu lamento isso, porque o acordo que nós chegamos não é esse que o Sr. Ministro acabou de anunciar.

Nós fizemos uma certa concertação e eu também sai desse encontro convencido de que isso ia manter o tecto que está na proposta de lei, mas com a condicionante de se refazer a TOFE. Foi este o acordo, mas que esta alteração seria feita e entregue e admitiu-se a hipótese de se continuar a discutir amanhã ou na segunda-feira. Quer dizer, o sentimento com que cheguei é que teríamos a tabela antes de aprovarmos a proposta de lei.

É preciso dizer aos Srs. Deputados que não devemos insistir, dizendo que o que temos que fazer aqui é aprovar apenas a proposta de lei e os dois anexos. Se for assim, o entendimento que eu tenho é que quando formos à 2.^a Comissão analisarei também a proposta de lei e apenas os dois anexos. Não é isso que vamos fazer na especialidade! O que vamos fazer é discutir todo o documento.

O entendimento que devemos ter aqui é que em relação ao Orçamento o Governo tem uma posição e eu acho útil e positivo que defenda as suas posições. Foi isso que eu disse ao Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares ao nível do debate sobre a comunicação social. O Governo está cá para fazer a defesa das suas posições e não defender a posição do grupo parlamentar A ou B.

Falhou-nos este elemento. Acho que quando o Sr. Ministro voltou ao colectivo do Governo, deveria ter-nos comunicado que o Governo vai manter de facto esta posição que aqui foi anunciada sem a apresentação da tabela que foi lá acordado. Eu lamento isso!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, para uma explicação.

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo**: — Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu penso que podemos perfeitamente sair desta situação. Aliás, o desejo do Governo é que se discuta o OGE e as GOP.

Hoje, ora estamos nas preliminares, ora estamos na discussão e eu acho que devemos discutir as coisas.

O que o Governo pode dizer é que a proposta de lei tal como está apresentada e que estivemos a discutir longamente é uma forma nova, mas correcta de apresentar e o tecto é de Dbs. 2 717 860 056 000 (2 biliões, setecentos e dezassete mil milhões, oitocentos e sessenta milhões e cinquenta e seis mil dobras).

O Governo reconhece que as propostas de lei e a TOFE neste momento que estamos aqui são para ser discutidas e os Deputados, como foi dito, têm toda a latitude para discutir tudo quanto quiserem discutir. Nós estamos na vossa Casa!

Não faz sentido termos um documento com uma TOFE errada. O nosso entendimento é que poderíamos corrigir o erro da TOFE na especialidade, mas também podemos trazer cá uma TOFE corrigida, sabendo que aquilo que estamos a aprovar é uma proposta de lei que não compete à TOFE. Compete aos dois anexos que não são a TOFE. Se tivermos que trazer a TOFE corrigida, o Governo não vê problema nisso. Agora, a proposta de lei do Governo é que mantém tal como está, para a aprovação das Sras. e dos Srs. Deputados.

Deixo uma questão prática: se ainda há tempo, até às 18 horas traremos o documento. Não há problema nenhum. Esse erro foi assumido, reconhecido e foi explicado o porque é que a coisa se passou assim.

Volto a dizer que estamos aqui com a mesma vontade que os Srs. Deputados, para discutir o OGE.

Todos nós ouvimos os relatórios das comissões, não está tudo mal, há coisas boas que estão reconhecidas nos relatórios das comissões. Por isso, a única questão que está aqui e eu acho que foi ultrapassada durante o intervalo é que o Governo mantém o tecto da proposta tal e qual. Agora, esta questão de quando é que temos que alterar a TOFE é pacífica, porque a TOFE não faz parte da proposta, mas podemos trazê-la aqui com a devida correcção.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Maria das Neves, para uma intervenção.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, eu quero confessar que, conhecendo os técnicos do Ministério das Finanças e Cooperação como conheço, tendo sido levantada essa questão desde ontem, estava à espera que esta manhã o Ministério das Finanças nos brindasse com um outro quadro da TOFE. Tanto é que eu nem sequer me pronuncie, porque está visível o erro que se cometeu na TOFE.

Era uma questão de esta manhã se distribuir um outro quadro da TOFE. Acho que já se teria ultrapassado esta questão, porque a TOFE também faz parte integrante deste Orçamento. Ao aprovar a proposta de lei, estaremos a mencionar um valor que entra em contradição com o que está na TOFE. É só isso!

Vendo a TOFE, o quadro das receitas não é compatível com o quadro das despesas. Ao aprovar a proposta de lei, está-se a aprovar este documento, o OGE. Por isso é que, desde ontem, eu acho que era tempo para se corrigir e hoje teríamos ultrapassado isso. Agora, estando assim e fazendo parte integrante do Orçamento, uma Assembleia que deve primar pela lei, eu não estou a ver como é que se aprova a lei, sabendo que o documento tem outra cifra.

Foi dito aqui que se vai fazer um esforço, mesmo hoje ou amanhã, pode-se esperar, para ver se enviam um outro documento. Suponho que já devem estar a trabalhar nisso, de modo que haja essa compatibilidade, para evitar que a Assembleia esteja a aprovar um documento que tenha contradição implícita.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, para uma intervenção.

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo**: — Sr. Presidente, sinceramente, eu acho que devemos avançar. O que é fundamental é que a proposta de lei está correcta e o Governo mantém a proposta de lei como está. Isso é que é o mais importante. Poderá surgir outras questões, mas para nós, eu volto a dizer, a TOFE não faz parte da proposta de lei. Por isso, a proposta de lei está como esta apresentada, está correcta.

Os outros documentos anexos, que podem ter erros de várias ordens, têm que ser corrigidos a qualquer momento, segundo a vontade da Assembleia.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves, para uma intervenção.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, eu lamento sinceramente o facto de estarmos, mais uma vez, a reiniciar um debate que já se tinha terminado. Depois do intervalo, pensava-se que se iria encontrar uma solução.

Eu não sou perito em matéria de orçamentos, mas tive a feliz oportunidade de participar na discussão de vários orçamentos e, pelo que eu saiba, nunca se alterou a TOFE na 2.ª Comissão, aquando da discussão na especialidade, porque a proposta de lei tem que estar em consonância com a TOFE. Nós estamos aqui a criar dificuldades onde não existe, dando até a sensação de que existem outras estratégias de um lado ou do outro. Começa-se até a criar uma certa desconfiança onde não existe sequer.

O que se está a pedir apenas é que o Governo, já que reconheceu o erro, que a TOFE está má, que corrija os erros e nos traga a TOFE para fazermos o trabalho. Agora, dizer que a proposta de lei tem os anexos, quer dizer que apenas essas cinco páginas fazem parte dos trabalhos dos Deputados? Se aprovarmos a proposta de lei, como dizia o Sr. Deputado Alcino Pinto, então vamos à 2.ª Comissão ver outra vez os artigos e anexos na especialidade e ponto final, mas não é isso que se faz. O que ficou combinado, e já havia inclusive um acordo, o próprio Ministro fez uma proposta: «se fizermos isso, os senhores estarão disponíveis para vir amanhã?» Foi o Ministro que fez a proposta. Nós dissemos que sim, não haveria qualquer problema, porque para aprovarmos a proposta de lei tínhamos que ver a TOFE de acordo com a lei. Só que o Sr. Ministro alterou a sua posição posteriormente. O que eu comuniquei aos Deputados do meu Grupo Parlamentar, estão cá e podem confirmar, é que chegámos a um entendimento: a questão formal, também já foi dito aqui, fica ultrapassada e vai-se alterar a primeira página; o Governo mantém o valor que está na proposta de lei; irá alterar o tecto e entregar aos grupos parlamentares e amanhã ou na segunda-feira poderemos discutir. É o que saiu de lá.

Ao chegar aqui há outra questão que começa a levar-nos a pensar que um ou outro está com trunfo na mão. Quero dizer que não tenho nenhum trunfo.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, em que ficamos?

Tem a palavra o Sr. Deputado Idalécio Quaresma, para uma intervenção.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Sr. Presidente, eu creio que estamos a fazer um debate inglório, numa polémica que não existe. O Governo já assumiu que aceita a proposta de 2.7 e irá fazer a alteração da TOFE. Isso está assumido, mas não implica que nós não podemos aprovar o Orçamento. Aproveemos o Orçamento e depois façamos a alteração da TOFE.

Murmúrios e protestos do MLSTP/PSD e do PCD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sebastião Santos, para uma intervenção.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Sr. Presidente, depois de se começar a atingir alguma idade tem que ter algum cuidado. Eu quero dizer ao Sr. Presidente que sou daquelas pessoas que nunca fazem coisas sobre pressão.

Sr. Presidente, estou cá desde as 9 horas sem levantar para ir lanchar ou coisa assim do género. No momento próprio que a Assembleia autorizou que se fosse lanchar, quer ontem quer hoje, não pude lanchar, porque já não havia. Também tenho outros compromissos e humanamente não é normal que se fique desde as 9 horas até estas horas, e estando a fazer um trabalho de reflexão. Não há razões para isso.

Sr. Presidente, venho propor-lhe que dê por encerado o trabalho de hoje e que retomemos amanhã ou depois. Hoje já não há condições, humanamente falando. Não sei se nesta Sala há algum médico, mas hoje atingi o meu limite.

Murmúrios e protestos de alguns Srs. Deputados do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Elsa Pinto, para uma intervenção.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o debate das GOP e do OGE está estabelecido no Regimento e há um prazo de 2 a 5 dias. Portanto, eu gostaria de subscrever a proposta

apresentada pelo Sr. Deputado Sebastião Santos. Amanhã vamos voltar frescos para continuarmos a discutir o OGE, e a Nação terá o seu OGE. Não temos que nos atropalhar e fazer as coisas com atropelos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro, para uma intervenção.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Sr. Presidente, sinceramente não entendo! A oposição pediu a alteração da TOF e o Governo diligenciou no sentido de fornecer esse mapa e agora os Srs. Deputados da oposição já não querem trabalhar. Eu não concordo com a proposta do Sr. Deputado Sebastião Santos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sebastião Santos, para uma intervenção.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Sr. Presidente, quero dizer aos Srs. Deputados que sou daquelas pessoas que assumem na íntegra o que têm que fazer e desafio qualquer um deputado aqui nesta Sala que a dizer que ao nível parlamentar tem feito mais trabalho do que eu. Desafio qualquer um! E o Sr. Presidente sabe disso.

Eu nem sequer tinha citado a lei. A discussão do OGE vai de 2 dias, o mínimo, quer dizer que não pode ser 1 dia, a 5 dias.

Eu estou a dizer, Srs. Deputados que não lanchei.

Uma voz — Nós todos.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Todos não. É porque sou disciplinado. Enquanto uns vão saindo e vão comendo o que é dos outros ...

Risos gerais.

...os outros estão a trabalhar. Vamos ser claros nisso.

Se tivéssemos trabalhado com atenção, não estaríamos nesse imbróglio todo que em que estamos agora. Já teríamos notado isso a muito mais tempo.

Eu já não tenho disposição e acredito que pouca gente aqui tenha disposição, a não ser aqueles que não sabem trabalhar. São 17 horas e 3 minutos. Convenhamos meus senhores! Isso é razoável? Eu tenho outros compromissos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré, para uma intervenção.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, eu só vou falar uma coisa...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, há uma proposta que foi posta à Mesa.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, antes da proposta, há uma evocação ao Regimento. Eu tenho escutado aqui, com muita atenção, os Deputados se referirem sempre ao Regimento e ao cumprimento da lei. Eu espero que na próxima sessão, quando eu pedir a indulgência de todos para cumprirmos a lei, não digam outra coisa. É uma chamada de atenção!

Todos que hoje estão a pedir o cumprimento do Regimento, dizendo que a lei diz 2 a 5 dias, têm razão, mas há outras coisas que o Regimento diz e espero que quando chegar esse momento não se esqueçam que também têm que cumprir a lei.

Para concluir, que não venham com o argumento de bom senso e que foi sempre assim, é costume!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Idalécio Quaresma, para uma intervenção.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Sr. Presidente, a nossa proposta é a seguinte: tendo em conta a aprovação do Orçamento, estamos de acordo para retomarmos amanhã às 9 horas.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, Srs. Deputados, vamos encerrar hoje a sessão. Amanhã às 9 horas voltaremos para terminar os nossos trabalhos.

Declaro encerrada a sessão.

Eram 17 e 10 minutos horas.